



**RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO DE 2016**

MAPUTO, JUNHO DE 2017

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Distribuir a:	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Sua Excelência a Vice-Ministra da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF	
Delegados Provinciais do CEDSIF	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AT	Autoridade Tributária de Moçambique
BI	Business Intelligence
BM	Banco de Moçambique
BTC	<i>Belgian Technical Cooperation</i> (Cooperação Técnica Belga)
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CD	Centro de Dados
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CUT	Conta Única do Tesouro
DAF	Departamento de Administração e Finanças
DRH	Departamento de Recursos Humanos
ETPM	Enterprise Taxation and Policy Management
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-CAPAE	Sistema Electrónico de Cadastro Provisório de Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado do SISTAFE
e-Tributação	Sistema de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionários e Agentes do Estado
IGF	Inspecção-Geral de Finança
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
INNOQ	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)

ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
OIT	Organização Internacional de Trabalho
PAA	Plano Anual de Aquisições
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
PES	Plano Económico e Social
PR	Preço de Referência
RPC	Requisição de Pagamento Colectivo
RPPS	Roteiro de Processamento e Pagamento de Salários
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SIGEDAP	Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TA	Tribunal Administrativo
TdR	Termos de Referência
UE	União Europeia
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa

Índice

1. INTRODUÇÃO	9
2.1.FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO CEDSIF	11
2.1.1 FUNCIONAMENTO DO CEDSIF	11
2.1.2 RECURSOS HUMANOS.....	15
2.1.3 GESTÃO DE CONTRATOS.....	18
2.1.4 COMPONENTE ORÇAMENTAL.....	20
2.2. CONSOLIDAR A REFORMA DO SISTAFE	22
2.3. DAR CONTINUIDADE A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE	31
2.4. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE.....	34
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	35
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.....	54
5. PERSPECTIVAS PARA 2017	56
6. ANEXOS	59

SUMÁRIO EXECUTIVO

Dentre as actividades realizadas no processo de execução do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) do ano 2016 do CEDSIF, merecem destaque as acções a seguir arroladas:

- Descentralização da execução do Orçamento do Estado para mais **115** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), sendo 9 de nível central, **36** de nível provincial e **70** de nível distrital. Assim, **1420** UGB (**647** distritais, **600** provinciais e **173** centrais) executam o seu orçamento directamente através do e-SISTAFE, num total de **1599** UGB existentes no Orçamento do Estado (OE) 2016, o que equivale a **88,81%** de cobertura de unidades que executam o seu orçamento directamente através do e-SISTAFE, e ficam por descentralizar **179** UGB, correspondentes a **11,19%** do universo existente. Esta descentralização permitiu que **70,39%** da despesa total fosse executada por Via Directa (VD), nível abaixo da meta anual de **75%**, justificada pelo nível de execução de despesas de capital e de operações financeiras do Estado que teve uma redução em 2016, com destaque para as rubricas de construções, maquinaria e equipamento, comparada com o ano de 2015.
- Pagamentos de salários e remunerações através da Via Directa (VD) a **309.542** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) de um total de **326.199** na situação de activo no e-CAF e e-CAPAE, o correspondente a **94,90%**, no mês de Dezembro de 2016. Do total dos FAE pagos pela VD, **302.052** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **92,6%** do total dos FAE.
- Operacionalização das acções previstas para o ano 2016 no diploma ministerial nº 80/2015 de 5 de Junho, a destacar a consolidação de dados, regularização da Prova de Vida e suspensão salarial. Paralelamente, foram criadas as condições para que a Prova de Vida dos FAE, a partir de Janeiro de 2017, seja uma acção contínua devendo o FAE provar a sua vida no mês do seu aniversário.
- Integração entre o e-Tributação e o Portal do Contribuinte, tendo o Portal sido disponibilizado à Autoridade Tributária de Moçambique (AT) para operar em regime de teste. O Portal servirá de meio electrónico de interacção do contribuinte com a Administração Tributária, no cumprimento das suas obrigações fiscais, bem como acesso à sua informação fiscal, independentemente da localização do contribuinte relativamente à unidade de cobrança, no âmbito do projecto e-Tributação.
- Desenvolvimento no Módulo do Património do Estado (MPE) das funcionalidades de Catálogo de Bens e Serviços (CBS), Cadastro de Empresas Fornecedoras (CEF) e

Preço de Referência, e estão em operacionalização o CBS e CEF, todas elas parte integrante do MPE.

- Implementação da funcionalidade que permite a canalização automática dos valores monetários referentes a contribuição dos Funcionários e Agentes do Estado, para aposentação, retidos na folha de salários e remunerações para a conta bancária do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
- Desenvolvimento da funcionalidade que permite que o pagamento do Imposto Pessoal Autárquico (IPA) e do Imposto de Reconstrução Nacional (IRN) seja descontado na folha de salários e posteriormente canalizado aos beneficiários no caso dos Municípios para o IPA e Secretarias Distritais para o IRN.
- Desenvolvimento da funcionalidade que permite a recolha automática dos recursos financeiros disponibilizados às unidades Gestoras Executoras – UGE's e não utilizados no período de 15 dias após a sua libertação, visando a atender a necessidade de gestão de tesouraria na recolha de recursos ociosos e tornar mais flexíveis os processos de tesouraria.
- Implementação de melhorias na funcionalidade "Recolha da Receita" para permitir que o valor que entra na CUT relativo ao IVA Líquido fique cativo em 16% para a AT fazer a restituição do valor ao sujeito passivo.
- Implementação de melhorias ao processo de encerramento do exercício económico de 2016 e abertura de 2017, destacando-se a automatização de actividades antes realizadas com a intervenção humana, melhorias de performance das funcionalidades e a alteração de negócio com vista a permitir que o processo de encerramento possa ser feito em pouco mais de dois dias, de 2017 em diante;
- Desenvolvimento da funcionalidade de conciliação automática da CUT.
- Treinados **8.005** usuários do Módulo de Execução Orçamental (MEX) e do Sistema Electrónico de Pagamento de Salários (e-FOLHA), dos quais **766** a nível central e **7.239** a nível provincial. De destacar que fazem parte do grupo de beneficiários dessas formações a nível central, Secretários Permanentes, Secretários Gerais, Ordenadores/Gestores de Despesa, Gestores de Unidades Tuteladas e Subordinadas (formação que decorreu de 28 de Julho a 25 de Agosto), tendo abrangido uma audiência de **241** formandos das **258** Unidades esperadas, o que correspondeu a cerca de **93%** de realização e ainda a formação de Procuradores da República a nível

Central, incluindo Procuradores-Gerais Adjuntos, Procuradores da Cidade de Maputo e Províncias de Sofala, Zambézia, Tete e Maputo, abrangendo **129** formandos.

- Realização de **423** acções de capacitação de pessoal em serviço no CEDSIF, correspondente a **45** cursos, tendo beneficiado **183** técnicos, dos quais **114** homens e **69** mulheres. Os técnicos foram capacitados em matérias de tecnologias de informação, administração e gestão e ainda sobre o Sistema de Gestão do Desempenho na Administração Pública (SIGEDAP).
- Planificação, monitoria e avaliação das actividades programadas para o período, tendo se disponibilizado os instrumentos correspondentes.
- Realização da Reunião do Fórum de Utilizadores do e-SISTAFE nas Províncias de Cabo Delgado (**316** participantes), Zambézia (**327**), Inhambane (**290**), Cidade de Maputo (**511**) e Província de Maputo (**234**), abrangendo um total de **1.678** utilizadores do e-SISTAFE, tendo contribuído para o fortalecimento dos mecanismos de auscultação e interacção entre os utilizadores e as entidades responsáveis pelos subsistemas do SISTAFE e o CEDSIF.
- Aprovação e implementação do Plano Estratégico de Comunicação da reforma, sendo de destacar a componente de produção e lançamento de material gráfico informativo sobre os processos e produtos da reforma, a divulgação de eventos relevantes para a reforma das finanças públicas e para a instituição, e em paralelo a divulgação da imagem institucional do CEDSIF.
- Elaboração do Plano Estratégico das Finanças Públicas (PEFP) 2016-2019.

Para a realização destas actividades, de entre outras constantes do presente Relatório, o CEDSIF contou com **265** colaboradores, sendo **3** consultores internacionais, e realizou despesas acumuladas no valor de **707.496.748,6** o que corresponde a **68,75%** da dotação global final fixada em **1.029.044.978,57MT**. A baixa execução resultou de vários factores com destaque para depreciação acentuada do Metical, face às moedas externas, a não entrega do equipamento para a expansão do e- SISTAFE pelo fornecedor, o atraso de desembolso dos valores dos compromissos de financiamento das actividades do CEDSIF pelos Parceiros de Fundo Comum devido ao atraso de envio do Relatório de Auditoria Externa as contas de 2015 e conclusão tardia ou inoportuna de transferência de dotação orçamental de AT, IGF e da DNT para CEDSIF.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF), criado pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 de Agosto de 2010, com alterações introduzidas através do Decreto 27/2012, de 26 de Julho, que também aprova o seu Estatuto Orgânico, é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, e funciona sob tutela do Ministro que superintende a área das Finanças.

O CEDSIF tem como atribuições nucleares prestar, a todos os Órgãos e Instituições do Estado, os serviços de organização e modernização dos processos de gestão das Finanças Públicas, nomeadamente nos domínios da gestão estratégica, da governação e do desenvolvimento, implementação e operação dos respectivos sistemas e tecnologias de informação.

Para o cumprimento das suas atribuições, o CEDSIF elaborou o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2016 (PAO 2016), o qual comporta as principais acções a desenvolver no exercício económico de 2016 e constituiu o seu principal instrumento de gestão para o período.

O PAO 2016:

- Assenta no atendimento das prioridades definidas no Plano Estratégico (PE) 2015-2019 do CEDSIF e tem como alicerces os preceitos definidos na Visão das Finanças Públicas 2011-2025 e no Programa Quinquenal do Governo (PQG);
- É um instrumento operacional que visualiza as actividades estratégicas a serem executadas em consonância com as directrizes estabelecidas no PE 2015-2019, tendo sido identificadas como prioridades para o ano de 2016 (i) a melhoria da plataforma informática do SISTAFE, o e-SISTAFE; (ii) o desenvolvimento dos Subsistemas previstos na Lei n.º 9/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Sistema da Administração Financeira do Estado (SISTAFE) ainda não implementados, nomeadamente o Subsistema do Património do Estado (SPE), o Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO) e o Sistema de Gestão Autárquica (SGA); (iii) a continuação da implantação do e-Tributação; (iv) o reforço da componente de Gestão de Mudança e de Comunicação da Reforma da Gestão das Finanças Públicas e (v) o fortalecimento institucional do CEDSIF para fazer face aos desafios impostos na área da Gestão das Finanças Públicas;

- Apresenta o orçamento necessário para a concretização das actividades, bem como as respectivas fontes de financiamento, o que permite uma melhor percepção tanto dos montantes envolvidos como do suporte financeiro a realizar pelo Governo e por cada um dos Parceiros que apoiam financeiramente a Reforma da Gestão das Finanças Públicas no País.

Face às prioridades estabelecidas no PE, o CEDSIF apresenta no seu PAO 2016, um total de necessidades no montante de **744.701.430,00 MT** aprovado pela Assembleia da República, tendo ao longo da execução ocorrido variações correspondentes a **238.497.539,53 MT** nas fontes de recurso do Tesouro, FCSISTAFE, União Europeia, Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) e Banco Mundial, passando a totalizar **983.198.969,53 MT**, o que representa um incremento na ordem de **32,03%** relativamente à dotação inicial, resultante principalmente de transferências de dotação de outros sectores para o CEDSIF executar determinados projectos, da inscrição de saldos transitados de 2015 e da dedução do orçamento do CEDSIF para as Direções Provinciais de Economia e Finanças para suportar despesas das Delegações do CEDSIF,

O presente Relatório de Balanço compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF, no âmbito da execução do seu PAO 2016, na componente de funcionamento, desenvolvimento, reforma e implementação do SISTAFE, bem como nos Sistemas complementares. A sua estrutura, além do Sumário Executivo, comporta os seguintes pontos:

Introdução;
Balanço de Execução das Actividades;
Balanço de Execução Orçamental;
Avaliação do Desempenho;
Perspectivas; e
Anexos.

2. BALANÇO DE EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES

No âmbito da implementação do PAO 2016, para o funcionamento e desenvolvimento Institucional do CEDSIF, consolidação da reforma e continuidade da implementação do SISTAFE, e sistemas complementares ao SISTAFE, foram executadas as seguintes actividades:

2.1. Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF

No período em referência foram realizadas actividades de auditoria interna, prestada assistência jurídica, elaborados os instrumentos de administração e gestão, incluindo os de padrões de qualidade e segurança de informação, gestão de recursos humanos, aprimoramento das habilidades técnicas do pessoal em serviço no CEDSIF, execução orçamental, gestão de contratos e garantido o funcionamento do Conselho de Direcção do CEDSIF.

2.1.1 Funcionamento do CEDSIF

Na prossecução e controlo do processo de execução das actividades constantes nos objectivos estratégicos do Plano Estratégico 2015-2019, foram elaborados o Relatório de Balanço sobre a Execução das Actividades do PAO 2015, o Relatório de execução do PAO 2016 alusivo ao período Janeiro a Setembro, tendo estes instrumentos sido apreciados pelo Conselho de Direcção e submetidos à tutela, nos termos regulamentados, para efeitos de aprovação, e o Relatório de Fórum de Utilizadores do e-SISTAFE.

Também, foram concluídos a redistribuição do orçamento do CEDSIF, após o Orçamento rectificativo, a elaboração do PAO 2017, tendo sido enviados à tutela para efeitos de aprovação, e do Plano Estratégico de Finanças Públicas 2015-2019.

No período em análise, refira-se que foram realizadas três sessões do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE e dada cobertura aos trabalhos da Missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo objectivo era avaliar os mecanismos de controlo da execução orçamental com recurso ao sistema e-SISTAFE e analisar o estágio da Gestão de Finanças Públicas.

No âmbito de auditoria interna, foi verificada e analisada a documentação dos processos administrativos do Departamento de Administração e Finanças (Secções de Finanças e Património), Departamento de Recursos Humanos e Unidade Gestora das Aquisições,

referentes ao ano de 2015, e realizada a auditoria interna ao Departamento de Recursos Humanos.

Foi realizada auditoria financeira e procedimental às contas do CEDSIF do exercício económico de 2015 pela empresa *Ernest & Young*, a qual constatou que as contas do CEDSIF estavam em conformidade com as regras e procedimentos aplicáveis, tendo produzido recomendações globais, das quais é de realçar o fortalecimento da eficácia e eficiência da acção de controlo técnico/administrativo e operacional das unidades orgânicas do CEDSIF. Foram também elaborados e aprovados os TdR para a auditoria externa na componente financeira e procedimental do CEDSIF relativa a 2016 e lançado o concurso da Auditoria Externa aos fundos desembolsados pela União Europeia.

No âmbito do Contrato da Subvenção da União da Europeia, o CEDSIF beneficiou de uma consultoria técnica, composta por dois (2) consultores, os quais contribuíram no processo da elaboração dos Manuais de Procedimentos do Departamento da Administração e Finanças- Secção do Património e do Serviço de Organização e Modernização - Divisão de Planificação, Monitoria e Avaliação a serem implementados no CEDSIF.

Com vista a implementar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) baseado na Norma ISO 9001, foram realizadas as seguintes acções:

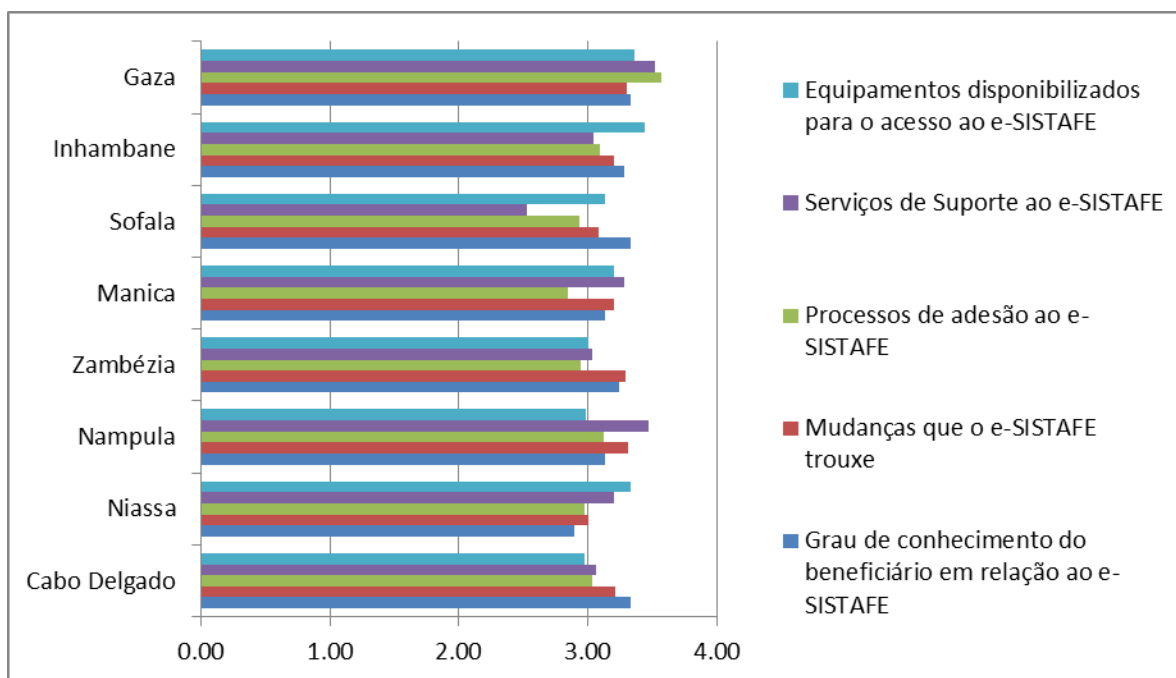
- Avaliação do nível de satisfação dos *Stakeholders*,¹ com o objectivo de aferir o grau de satisfação dos mesmos em relação aos processos de trabalho, transparência e melhoria de todos serviços prestados através da plataforma e-SISTAFE. Esta avaliação foi feita através de inquéritos aos utilizadores, beneficiários, parceiros de cooperação internacional e clientes do e-SISTAFE a nível nacional, tendo sido elaborado o respectivo relatório que inclui conclusões, sugestões, recomendações e constatações (vide o gráfico 1 com algumas constatações), colhidas do processo, dentre as quais merecem destaque as seguintes;
 - Os inqueridos concluíram que o e-SISTAFE eleva a qualidade de serviço de execução das despesas públicas, promove a transparência no respectivo processo e, por conseguinte, melhora a gestão de Finanças Publicas;

¹ *Stakeholders* – são todos os envolvidos no processo do e-SISTAFE. Porem para a presente avaliação foram seleccionados apenas os intervenientes externos, nomeadamente, utilizadores e beneficiários do e-SISTAFE, clientes e parceiros de cooperação.

- A TDM melhore a qualidade do serviço de comunicação de dados para otimizar a operação do e-SISTAFE;
- Haja rigorosidade relativamente ao período de desembolso de valores para pagamento de despesas;
- Recomenda-se que haja melhorias no processo de comunicação entre os usuários do sistema e o CEDSIF; e
- A avaliação de satisfação ou auscultação do stakeholder do e-SISTAFE seja uma acção realizada periodicamente.

Da avaliação das recomendações e sugestões, na perspectiva de proporcionar melhoria contínua aos stakeholders, foi elaborado um Plano de acção o qual se encontra em execução.

Gráfico 1 – Dados Comparativos do Grau de Satisfação das Instituições com Ponto do e-SISTAFE a Nível Nacional



- Desenvolvido o Portal de melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e disponibilizados os seus conteúdos;
- Realizado o Mapeamento dos Processos do CEDSIF que, com o apoio de uma consultoria para a sua supervisão e *coaching*, constituiu um marco importante na construção das bases para a inovação organizacional do CEDSIF na medida em que

foram realizados exercícios de clarificação da estratégia, que permitiram a concepção de uma arquitectura que exprime a estratégia organizacional no que respeita à organização e gestão dos macro processos, neste sentido foram deliadeadas acções de seguimento destacando-se as seguintes;

- Mudar a abordagem do Sistema de Gestão da Qualidade da focalização na Norma para a focalização na estratégia do CEDSIF;
- Centralizar as competências e tarefas de gestão de armazém e economato com as de gerir instalações incluindo as facilidades do Centro de Dados numa única unidade, o DAF- SGP;
- Padronizar e centralizar os procedimentos de Atendimento a pedidos para desenvolvimentos de sistemas;
- Implementar um sistema de gestão documental centralizado;
- Implementar o projecto de modernização do DAU, que compreende;
 - A aquisição e implementação da ferramenta de gestão de incidentes;
 - A formação dos seus colaboradores; e
 - A remodelação do espaço físico;
- Assegurar o desenvolvimento de uma cultura de trabalho com orientação a cliente, oferta de serviços competitivos, incluindo avaliação e melhoria contínua do seu desempenho.

Em relação a implementação das acções integradas no Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) de acordo com a Norma ISO 27001 foram:

- Revista a Política de Segurança da Informação para alinhar aos objectivos estratégicos do CEDSIF;
- Elaborados os procedimentos para operacionalização das normas de segurança para permitir que cada unidade elabore os respectivos procedimentos operacionais e permita a verificação da eficácia durante a realização de auditorias de segurança;
- Realizada a monitoria e registo diário de incidentes que ocorrem no CEDSIF como forma de identificar as tendências de problemas e também extrair informações úteis de gestão de incidentes de segurança, tendo sido registados 4 incidentes de segurança que afectaram a disponibilidade do sistema e outras actividades de operações diárias do CEDSIF, mas devidamente geridos e controlados, o que permitiu que os mesmos fossem debelados e se retornasse ao funcionamento normal da instituição;

- Iniciada a elaboração do Manual do SGSI que vai abarcar ao detalhe todos controlos que devem ser implementados para garantir a implementação de todas acções previstas no SGSI, permitindo a verificação da eficácia nos controlos;
- Melhorado o sistema de monitoria dos centros de dados com vista a prevenir a ocorrência de incidentes através de um sistema de alertas em caso de corte de corrente eléctrica, humidade, etc;
- Elaboradas 6 análises de risco relativas ao acesso remoto dos colaboradores do CEDSIF, Projecto BI, Projecto Prova de Vida dos Pensionistas e Funcionários e Agentes do Estado, página do CEDSIF e Portal do Contribuinte; e
- Concluídas as obras de instalação de dois postos de transformação (PT) de energia de 630 KVA e está em processo de conclusão a instalação da Linha Dedicada de energia, ao abrigo do contrato celebrado em 2015, entre o CEDSIF e a empresa Electricidade de Moçambique (EDM), que vai dotar o edifício sede do CEDSIF de corrente eléctrica mais estável e fiável.

2.1.2 Recursos Humanos

Esta componente insere informação sobre a caracterização dos recursos humanos estruturada em género, nível académico, estrutura etária, Unidade Orgânica e modalidade de vinculação, acções de capacitação, designação em comissão de serviço e recrutamento de recursos humanos.

Caracterização dos Recursos Humanos

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, para o seguimento de suas actividades, contou com um efectivo de duzentos e sessenta e cinco **(265)** colaboradores, dos quais **3 (1,13%)** são consultores internacionais. Em termos de género, actualmente **178 (67,16%)** são do sexo masculino e **87 (32,83%)** do sexo feminino, afectos às diferentes Unidades Orgânicas, conforme ilustra a tabela 1.

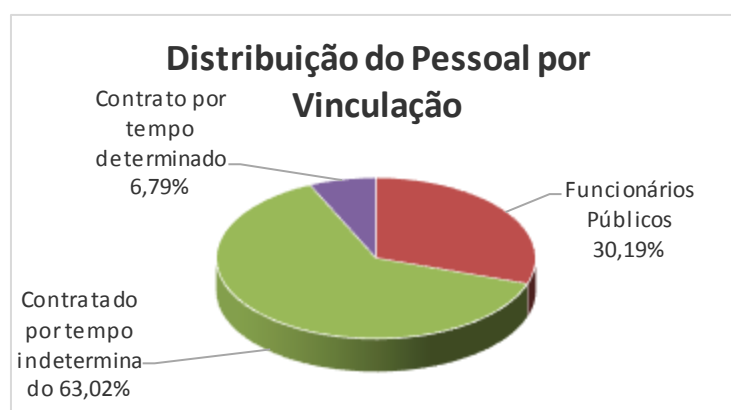
Tabela 1. Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Níveis Académicos e Género

Unidade Orgânica	Nível Académico																	
	Mestrado		Licenciatura		Bacharel		Médio Profissional		Médio Geral		Básico		Elementar		Total		Total geral	%
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	MF	
AJ			1	1											1	1	2	0,75
CI			3	1											3	1	4	1,51
DAF		2	4	2			3	3	1	2		4		6	8	19	27	10,19
DAU			1	1			7	2	1	1		1			9	5	14	5,28
Delegações			3	24											3	24	27	10,19
DG		2	2	2		1		1	2						4	6	10	3,77
DRH	1		5	3			1	1							7	4	11	4,15
Escola			2	4					2		1			1	5	5	10	3,77
GP			1	4											1	4	5	1,89
SCI		1	3	5						2					3	8	11	4,15
SDSI			8	36		4			1	1					9	41	50	18,87
SO		2	5	25			1	2		1					6	30	36	13,58
SOM	1	1	17	17				2	1						19	20	39	14,72
SQC	1		1	2											2	2	4	1,51
SSSI			2	3		1		1							2	5	7	2,64
UGEA	1		4	2						1					5	3	8	3,02
Total	4	8	62	132	0	6	12	12	8	8	1	5	0	7	87	178	265	100,00

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Natureza do Vínculo Laboral do Pessoal

O CEDSIF reúne pessoal com duas formas de vinculação, uma que é por contrato de trabalho, constituindo a maioria, sendo **185** colaboradores nesta situação, dos quais **167**, equivalente a **63,02%**, têm o vínculo com a Instituição por tempo indeterminado e **18**, correspondente a **6,79%**, têm a relação laboral por tempo determinado, e os restantes **80**, com o peso de **30,19%**, são Funcionários Públicos, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição do Pessoal em Serviço no CEDSIF

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Nível Académico e Estrutura Etária

Analisando o nível académico e a estrutura etária, constata-se que a maior parcela do pessoal do CEDSIF é composta por licenciados no total de **193** colaboradores, o equivalente à **72,83%**, conforme ilustra a tabela 2. Igualmente a faixa etária mais significativa é constituída por **121** licenciados, cuja idade é de **31-40** anos, e correspondente a **45,66%** do efectivo global da instituição.

Tabela 2: Distribuição do Efectivo por Nível Académico, Género e Faixa Etária

Nível académico /genero	Faixas etárias													
	18-25		26-30		31-40		41-50		51>60		61»		Total	%
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	MF	
Mestrado					2	3	2	1		4			12	4,53
Licenciatura	1	3	3	18	40	81	14	24	3	4	1	1	193	72,83
Bacharelato				3		2				1			6	2,26
Médio Profissional			5	5	2	6	2	1	3				24	9,06
Médio Geral	1	1	2	2	4	4	2			1			17	6,42
Básico						3			1	2			6	2,26
Elementar										4	3		7	2,64
Total	2	4	10	28	48	99	20	26	7	16	1	4	265	100,00

Fonte. Departamento de Recursos Humanos

No âmbito de implementação do Plano de Capacitações dos Técnicos do CEDSIF, foi revisto o Plano e realizados **423** acções de capacitação, incluindo as financiadas pela União Europeia, tendo beneficiado **183** Técnicos, dos quais **114** homens e **69** mulheres. As capacitações foram em matérias de tecnologias de informação, administração e gestão e sobre o Sistema de Gestão do Desempenho na Administração Pública (SIGEDAP), num total de **45** cursos.

A capacitação em matérias de SIGEDAP, foi dada com o objectivo de garantir que todos os dirigentes da instituição e técnicos colaboradores conheçam com profundidade o processo de avaliação de desempenho, iniciado a 1 de Junho de 2016, no CEDSIF.

Designação de Técnicos em Comissão de Serviço

No âmbito da reestruturação do CEDSIF, com vista a criar nova dinâmica institucional, foram confiadas funções de chefia a **6** novos Técnicos, conforme ilustra a tabela 3.

Tabela 3: Designações em Comissão de Serviço

Chefe de Departamento		Chefe de Divisão		Chefe de Secção		Total		Total Geral
F	M	F	M	F	M	F	M	FM
1	-	1	2	-	2	2	4	6
%						33,33%	66,67%	100%

Fonte. Departamento de Recursos Humanos

Com esta nomeação o CEDSIF contou no fim do mês de Dezembro, nas funções de Direcção e Chefia com um **(1)** Director Geral, dois **(2)** Directores Gerais Adjuntos, três **(3)** Assessores da Direcção-Geral, seis **(6)** Directores de Serviços, cinco **(5)** Chefes de Departamento, oito **(8)** Delegados provinciais, cinco **(5)** Gestores de Projecto, **(17)** Chefes de Divisão, nove **(9)** Chefes de Áreas e oito **(8)** Chefes de Secção.

Com vista a dotar o CEDSIF de capacidade humana necessária para concluir a implementação dos subsistemas e módulos previstos no SISTAFE e preencher as vagas de alguns Técnicos desvinculados, foi lançado um Concurso Público para mobilizar técnicos Informáticos que irão preencher vagas de Programadores e Analistas de Sistemas, a serem afectos a projectos em curso no CEDSIF. Após a conclusão da formação e de exames finais, foram apurados **43** técnicos que se encontram no processo de contratação. O processo envolveu três fases, nomeadamente, análise documental e teste escrito e formação intensiva ministrada por uma empresa contratada através de um concurso público.

2.1.3 Gestão de Contratos

O Plano Anual de Aquisições (PAA) de bens e serviços aprovado em Fevereiro de 2016 apresentava **82** processos de contratação, entretanto até Dezembro já contava com **113** processos, sendo que as causas na variação prendem-se especialmente com a revisão em alta do PAO e relançamento de concursos por terem ficado desertos, por um lado, e por outro lado, decorrente de rescisão de contratos impactados pela oscilação cambial. Os **113** processos de contratação incluem **16** concursos e **6** ajustes directos que transitaram do

exercício económico 2015, tendo sido lançados em 2016, **91** processos de contratação, sendo **48** concursos e **43** Ajustes Directos. Estes concursos e ajustes directos resultaram na celebração de **72²** contratos, **7** prorrogações de contrato e **7** adendas, tendo transitado para 2017, **13** concursos e **1** ajuste directo.

Refira-se que a contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada. Contudo, e conforme estabelece a legislação, o CEDSIF optou por esta via em **43** ocasiões, **11** pelo facto do valor estimado ser inferior a **87.500,00 MT**, tendo-se procedido à avaliação comparativa de várias propostas de cotações e condições de fornecimento para fundamentar a escolha da oferta, **17** porque havia um único fornecedor do serviço ou bem, no caso as licenças Oracle, manutenção da infra-estrutura do Centro de Dados *Exadata* e de viaturas no agente para efeitos de reparação e manutenção, **3** em contratação de arrendamento, **1** contrato de adesão, **1** contrato de consultoria em que o procedimento competitivo poderia prejudicar o interesse público, (devido ao tempo envolvido no processo que não leva menos de três meses, quando a actividade a ser realizada tinha carácter imediato), **3** porque o concurso anterior ficou deserto, **5** em contratações com instituições públicas e **2** mais tarde cancelados.

Tabela 4: Valor estimado por modalidade de contratação em 2016 excluindo os transitados de 2015

Modalidade de contratação	Fundamentação da modalidade	Nº	Valor agregado (Mts)
Ajuste Directo	Valor inferior a 87.500,00	11	1.242.680,00 MT
	Único Fornecedor; emergência ou manutenção de uniformidade de padrão e, arrendamento. O valor é relativamente alto devido aos contratos de licenças Oracle para ETPM e Base de Dados para 3 anos que no total somam 232.084.509,30 MT	32	268 698 688,47
Concurso	Regime geral	48	326.809.279,57 MT

Quanto ao nível de execução do Plano de Contratações, das **113** contratações previstas foram executadas todas, não obstante alguns terão o desfecho em 2017.

² Importa referir que até Junho, altura que cessou vigência o Regulamento de Contratação Pública, os ajustes directos com valor inferior a 87.500,00MT não estavam sujeitos a contrato escrito, o que explica que haja menos contratos formais que o número de concursos e ajustes directos.

2.1.4 Componente Orçamental

O orçamento global do CEDSIF de 2016 (mais detalhes encontram-se no capítulo sobre o balanço da execução orçamental) inicial foi de **744.701.430,00 MT**, tendo passado para **983.198.969,53 MT** o que representa um acréscimo de **238.497.539,53 MT** derivado de variações ocorridas que se resumiram em transição de saldos financeiros, transferências de dotações para execução das despesas específicas a favor de CEDSIF e dedução do orçamento do CEDSIF a favor das Direcções Provincias de Economia e Finanças para suportar despesa das Delegações do CEDSIF nas províncias.

Por Fonte de Recurso (FR), a dotação final foi de **404.187.809,50 MT** da FR-Recursos do Tesouro, **21.242.853,68 MT** da FR-Receitas Próprias, **23.000.000,00 MT** da FR-FCAAT, **395.881.676,14 MT** da FR-FCSISTAFE, **12.635.200,00 MT** da **FR 134ASDI**, **88.265.200,41 MT** da FR-134UE-CEDSIF e **37.986.229,80 MT** da FR-134WB-CEDSIF.

De Janeiro a Dezembro foram executados **707.497.470,85 MT**, o que corresponde a **71,96 %** da dotação global final. A baixa execução resultou de vários factores com destaque para depreciação acentuada do Metical, face às moedas externas o que determinou o agravamento dos preços dos bens e serviços, tornando inexecutáveis os contractos de consumíveis correntes e por conseguinte o cancelamento de vários contratos e relançamento de concursos e adjudicação a possíveis novos fornecedores, o incumprimento da entrega do equipamento para a expansão do e- SISTAFE pelo fornecedor, o atraso de desembolso dos valores dos compromissos de financiamento das actividades do CEDSIF pelos Parceiros de Fundo Comum devido ao atraso de envio do Relatório de Auditoria Externa as contas de 2015 e conclusão tardia ou inoportuna de transferência de dotação orçamental de AT, IGF e da DNT para CEDSIF.

2.1.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas um total de **29** sessões, das quais **23** Ordinárias e **6** Extraordinárias. As sessões Ordinárias obedeceram ao calendário das sessões do Conselho de Direcção de 2016, cumprindo-se assim com o programa. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que

sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas, as quais estão devidamente assinadas e arquivadas.

Destas sessões, foram emanadas **234** recomendações das quais **140** foram executadas, sendo de destacar as que tiveram impacto significativo para o alcance dos objectivos do PAO – 2016, apresentados conforme as seguintes componentes:

- **Funcionamento e desenvolvimento institucional**, as seguintes realizações: (i) elaboração da proposta de gestão de memorando com o INE; (ii) a transferência de dotação da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) para o CEDSIF, no valor total de **23.000.000,00 MT**; (iii) formação dos Membros do Conselho de Direcção Alargado em matéria de SIGEDAP; (iv) a regularização dos contratos dos trabalhadores do CEDSIF; (v) definição do orçamento para as Delegações Provinciais; definido e oficializado o critério de atribuição de descontos nas propinas do curso de Analista Programador de Aplicação (APA). Nesta componente, ficaram por realizar as seguintes recomendações relevantes: (i) propor soluções para a situação dos *back-up*; (ii) encontrar formas de bombear água de forma eficiente para o tanque aéreo da instituição; (iii) elaborar um plano para colocação gradual das torneiras semiautomáticas; (iv) Elaborar um cronograma de trabalho detalhado das actividades a realizar para implementação do Sistema Nacional de Arquivos (SNA);
- **Consolidar a Reforma do SISTAFE**, destaca-se (i) a colocação, no sistema, das informações relativas à segurança no uso do e-SISTAFE; (ii) Revisão dos perfis do e-SISTAFE; e (iii) avaliação das condições do sistema, bem como a legislação, para permitir que os valores recolhidos/colectados do Imposto Pessoal Autárquico (IPA), e Imposto de Reconstrução Nacional (IRN) pagos pelos funcionários e agentes do Estado sejam canalizados directamente para as contas dos Municípios e das Administrações Distritais beneficiárias, (iv) Portal de Gestão das Finanças Públicas (v) Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019. Nesta componente, será instalado o circuito do e-SISTAFE no distrito de Gilé, em cumprimento das recomendações.

2.2. Consolidar a Reforma do SISTAFE

As actividades realizadas no domínio da Reforma do SISTAFE, compreendem a expansão do e-SISTAFE, que consiste especificamente em dotar as Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs) de equipamento para executar as despesas por Via Directa (VD), passando para Unidades Gestoras Executoras (UGEs³), pagamento de salários e remunerações por VD, no treinamento dos utilizadores⁴ do e-SISTAFE, em acções de reciclagem e melhorias do e-SISTAFE, bem como de fortalecimento dos mecanismos de auscultação e interacção com os utilizadores do e-SISTAFE (Fórum dos utilizadores do e-SISTAFE). Estas actividades foram cruciais para aumentar a execução da despesa por via directa e garantir maior controlo e acompanhamento do pagamento de salários e melhorias de serviços prestados aos utilizadores do e-SISTAFE.

No período em análise, foi dada continuidade à descentralização da execução do orçamento no e-SISTAFE para mais **115⁵** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs), sendo **9** de nível central, **36** de nível provincial e **70** de nível distrital. Refira-se que das **115** UGBs descentralizadas, **11** fazem parte do Plano de Expansão e beneficiaram de equipamento financiado pela UE e **107** foram descentralizadas e expandidas por solicitação e a expensas das próprias UGBs.

Igualmente, procedeu-se à montagem de equipamento do e-SISTAFE em **65** UGBs do Plano de Expansão de 2016 financiada pela EU, algumas das quais já descentralizadas, e deste número ainda não se encontram em funcionamento **10** UGBs, pois aguardam a instalação da rede de comunicações, pese embora já disponham de equipamento do e-SISTAFE montado.

Assim, do universo de **1.420** UGBs existentes (**647** distritais, **600** provinciais e **173** centrais) executam o seu orçamento directamente através do e-SISTAFE, num total de **1599** UGBs existentes no Orçamento do Estado (OE) de 2016, o que equivale a **88,81%** de cobertura de execução orçamental pelas UGBs directamente através do e-SISTAFE, e ficam por

³ Unidade Gestora Executora – Todo órgão ou instituição do Estado, que tem a capacidade administrativa de executar os procedimentos estabelecidos nos macroprocessos do SISTAFE e que executa a despesa quer por via directa como por via indirecta e apoia as Unidades Gestoras Beneficiárias a ela vinculadas.

⁴ Utilizadores do e-SISTAFE pela primeira vez.

⁵ Representando uma evolução para mais 9 UGB's comparativamente ao registado aos nove meses de 2016.

descentralizar **179** UGBs, correspondentes a **11,19%** do universo existente (vide os gráficos 3 e 4).

Gráfico 3: Expansão do e-SISTAFE até Dezembro de 2016

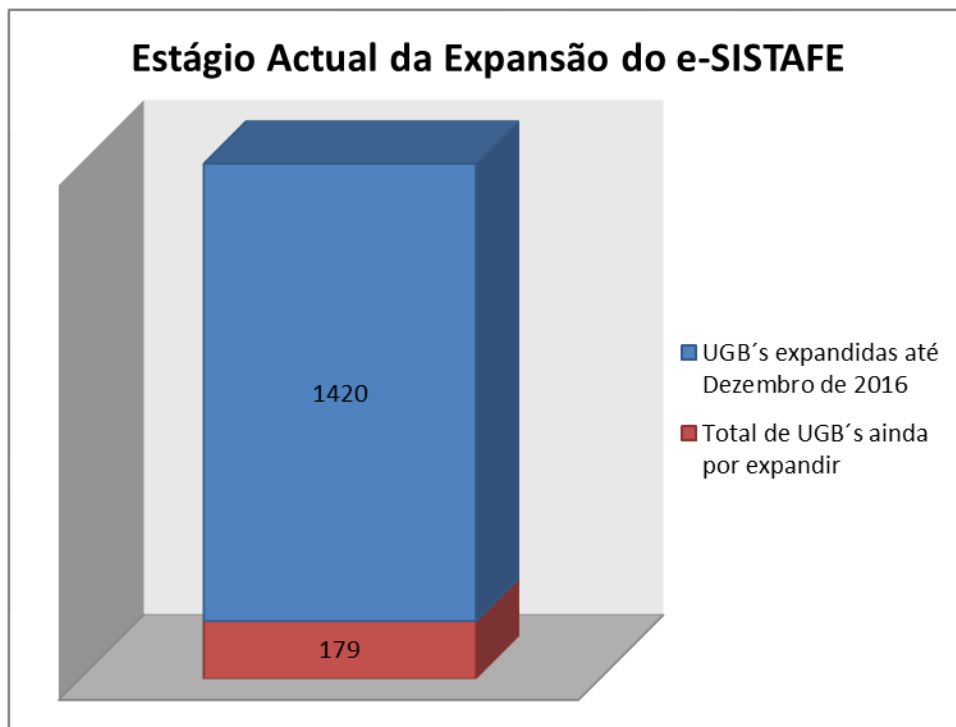
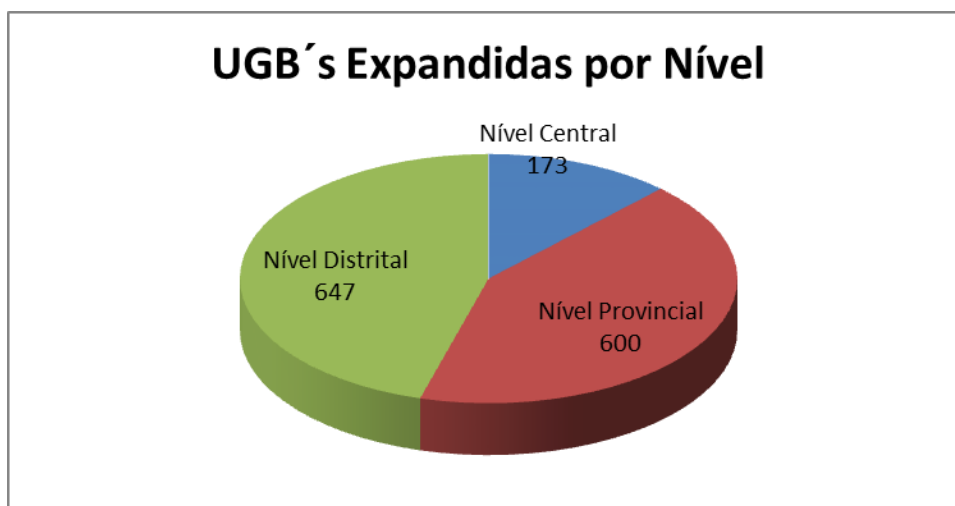


Gráfico 4: UGB Expandidas até Dezembro de 2016



Esta descentralização permitiu que de Janeiro a Dezembro de 2016, **71,39%** da despesa total fosse executada por VD, contra a meta de **75%** até o fim do ano. Em termos nominais, a execução do orçamento por VD cifrou-se em **137.096.391.761,76MT** de um total de

192.048.523.448,70MT⁶. Apesar do total da execução por via directa ter reduzido, deve-se referir que algumas rubricas, a título de exemplo, salários e remunerações e bens e serviços, tiveram uma execução elevada relativamente a de 2015.

Este resultado é derivado do baixo nível de execução por VD, com destaque para as despesas de capital, na componente de investimento e nas operações financeiras do Estado, pois, em 2016 o nível de execução de despesas de capital sofreu queda em 5,74 pontos percentuais, principalmente, nas rubricas de construções, maquinaria e equipamento, e de operações financeiras, sendo que esta registou uma baixa de 1,15 pontos percentuais, comparativamente ao nível de 2015, conforme ilustra a Tabela 5. Refira-se que em 2016, grande parte das obras de construção foram concentradas nas províncias, facto que obrigou as instituições responsáveis pelas infra-estruturas (construções) a executarem a despesa pela via de adiantamento de fundos porque as delegações provinciais não têm a autonomia necessária para serem UGEs; e está em curso o trabalho que visa dotar as referidas instituições de capacidade necessária, descentralizando a execução orçamental.

⁶ Informação com posição de 31/12/2016 e gerada após elaboração da CGE.

Tabela 5- Ilustra o comportamento de execução de despesa por VD nos anos 2015⁷ e 2016

Tipo de Despesa	VD por Rubrica_2015 (A)	VD por Rubrica_2016 (B)	Diferença (B-A)
Funcionamento	45,80%	51,90%	6,10%
Salários e Remunerações	26,54%	31,09%	4,56%
Demais Despesas com Pessoal	1,30%	1,14%	-0,16%
Bens e Serviços	10,73%	10,53%	-0,20%
Encargos da Dívida	2,25%	4,64%	2,39%
Transferências Correntes	3,24%	3,32%	0,08%
Subsídios	1,19%	1,05%	-0,15%
Exercícios Findos	0,03%	0,01%	-0,02%
Demais Despesas Correntes	0,32%	0,06%	-0,26%
Despesas de Capital	0,21%	0,07%	-0,14%
Investimento	21,17%	15,14%	-6,03%
Salários e Remunerações	1,10%	1,13%	0,03%
Demais Despesas com Pessoal	0,66%	0,48%	-0,19%
Bens e Serviços	5,49%	5,31%	-0,18%
Transferências Correntes	0,05%	0,09%	0,04%
Despesas de Capital	13,87%	8,12%	-5,74%
Operações Financeiras	5,50%	4,35%	-1,15%
Total	72,47%	71,39%	-1,08%
Total⁸	74,73%	70,39%	-1,08%

Fonte: Relatórios Consolidados da Execução da Despesa pela VD, com posição de 31/12/2015 e 31/12/2016 para 2015 e 2016, respectivamente, gerados após conclusão da CGE;

Em cumprimento das acções de reforço da capacidade técnica dos Utilizadores do e-SISTAFE, foram treinados **8.005** usuários do MEX e e-FOLHA, dos quais **766** a nível central e **7.239** a nível provincial. De destacar que fazem parte do grupo de beneficiários dessas formações a nível central, Secretarios Permanentes, Secretários Gerais, Ordenadores/Gestores

⁷ A % da execução da despesa por VD de 2015 (72,47%), que consta da Tabela 5, difere com o dado apresentado no Relatório Anual de 2015 (74,73%) em resultado do momento em que foi computada (extraída) a informação no Sistema. Na informação actual, extraída após a conclusão da elaboração da CGE 2015, estão incluídos os dados das despesas resultantes da incorporação de balancetes relativos a despesas de investimento de financiamento externos executadas por Adiantamento de Fundos, facto que implicou na redução da % da execução da despesa por VD, de 74,73% para 72,47%.

⁸ Informação do Relatórios Consolidados da Execução da Despesa pela VD, com posição de 31/12/2015 e 31/12/2016 para 2015 e 2016 respectivamente, e gerada antes elaboração da CGE.

de Despesa, Gestores de Unidades Tuteladas e Subordinadas (formação que decorreu de 28 de Julho a 25 de Agosto), tendo abrangido uma audiência de **241** formandos das **258** Unidades esperados, o que correspondeu a cerca de **93%** de realização e formação de Procuradores da República a nível Central, incluindo Procuradores-Gerais Adjuntos, Procuradores da Cidade de Maputo e Províncias de Sofala, Zambézia, Tete e Maputo, abrangendo **129** formandos.

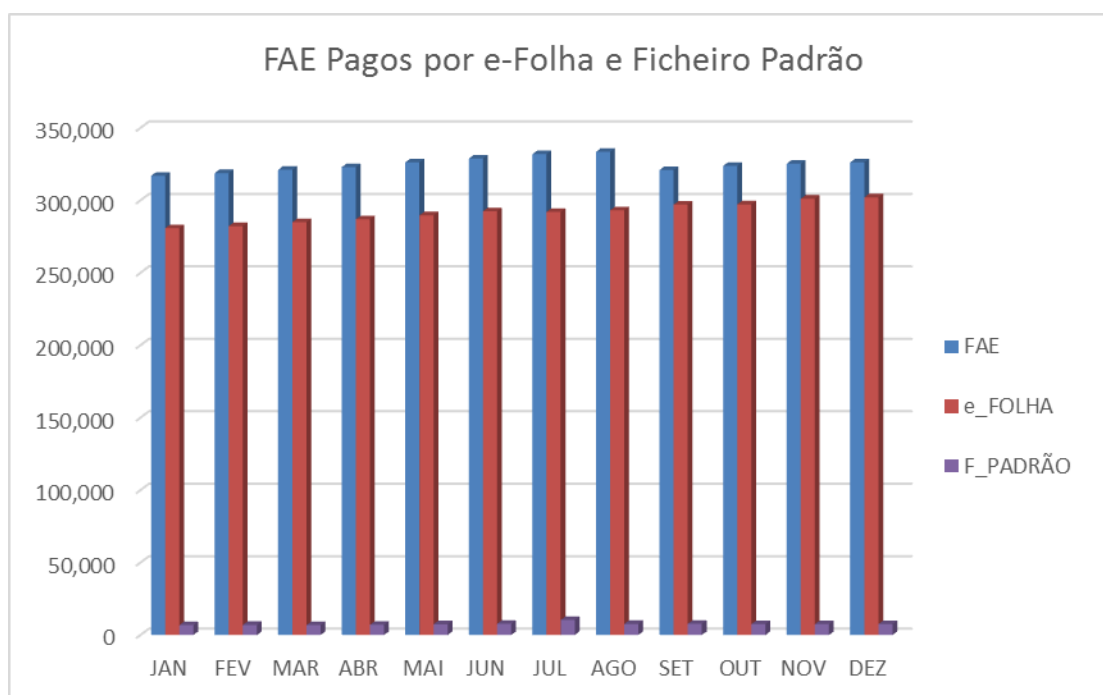
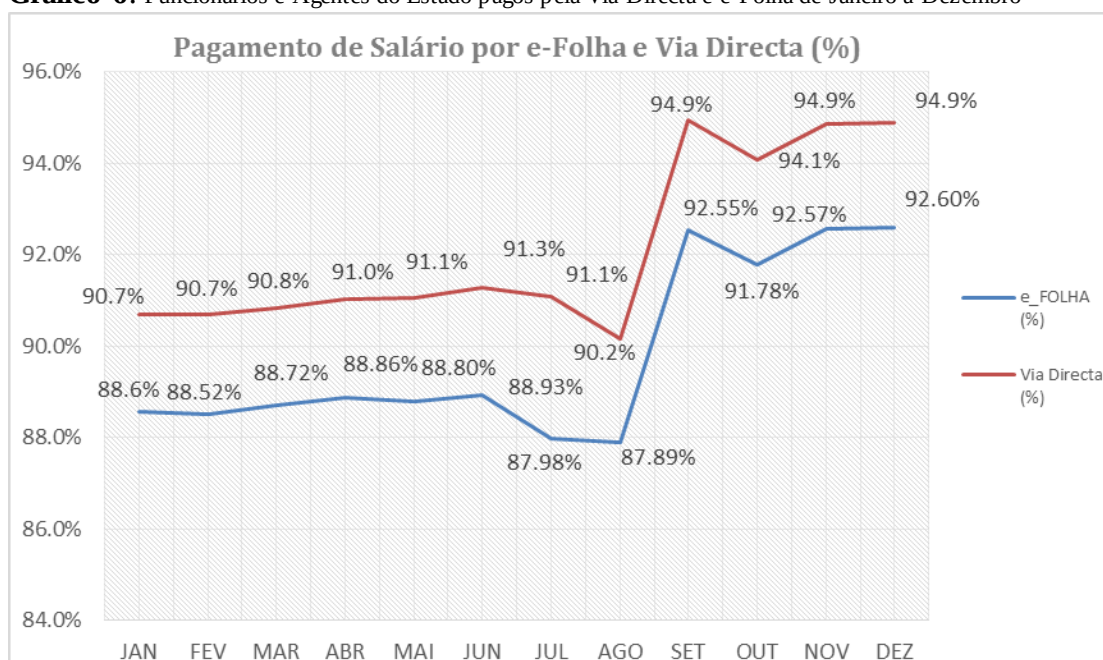
Ainda nesta vertente, importa referir que o CEDSIF elaborou um Plano de capacitação que prevê que os utilizadores sejam certificados como condicionante para o seu credenciados para acederem e utilizarem o sistema, integrando no curso para além da componente prática de acesso ao sistema, a disseminação de conteúdos teóricos do SISTAFE.

Na componente da expansão do pagamento de salários e remunerações, realça-se a integração dos FAE no e-Folha que registou um crescimento em todo período, exceptuando no mês de Julho que observou uma queda devido a suspensão de funcionários sem prova de vida. Esta tendência contribui para manutenção do nível crescente de pagamento da despesa de salários pela Via Directa, o que permitiu que em Dezembro fossem pagos através da Via Directa (VD), **309.542** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) de um total de **326.199** na situação de activo no e-CAF (com prova de vida) e e-CAPAE, o correspondente a **94,9%** (Gráfico 5 e 6).

Do total dos FAE pagos pela VD, **302.052** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **92,6%** do total dos FAE, contra a meta de **100%** de integração dos FAE no e-FOLHA (vide os gráficos 5 e 6).

Esta meta não foi alcançada devido essencialmente a três factores, a saber:

- i. Existência de instituições sem carreiras aprovadas;
- ii. FAE com contrato e/ou salários ainda não devidamente regularizados, o que os impede de serem cadastrados no e-CAF; e
- iii. FAE sem NUIT e contas bancárias.

Gráfico 5: Funcionários e Agentes do Estado pagos pela Via Directa e e-Folha de Janeiro a Dezembro**Gráfico 6:** Funcionários e Agentes do Estado pagos pela Via Directa e e-Folha de Janeiro a Dezembro

Relativamente ao desempenho do e-SISTAFE em 2016, durante o período, analisando mês a mês, do total dos **936 sites**⁹ existentes em media, somente **2%** dos sites em algum momento

⁹ Sites são instituições com acesso a aplicação do e-SISTAFE.

estiveram indisponíveis devido a avarias dos equipamentos e ou problemas de rede das Telecomunicações de Moçambique.

Tabela 6: Situação de *sites* em 2016

Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Ma.	Junho	Julh.	Agost.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Total	901	901	903	932	932	932	932	932	932	932	936	936
Oper.	882	867	878	904	909	916	911	913	924	912	917	907
Indisp.	19	34	25	28	23	16	21	19	8	20	19	29
% Indisp.	2,11%	3,77%	2,77%	3,0%	2,47%	1,72%	2,25%	2,04%	0,86%	2,14%	2,02%	3,09%

Ainda no cômputo do e-SISTAFE, foram realizadas acções que contribuem para a melhoria do Sistema, nomeadamente acções no âmbito da melhoria do negócio, de auscultação dos usuários com vista a aferir necessidades de melhorias e no âmbito de definição de instrumentos estratégicos orientadores. Assim, no âmbito da melhoria do processo de negócio do e-SISTAFE, foram aprimorados os requisitos de negócio, procedendo-se à:

- Realização de estudo de revisão do número de perfis de acesso ao e-SISTAFE, bem como a correspondente a adaptação dos sistemas informáticos, o que permitirá a redução de número de **10** para **5**, de utilizadores necessários para operar o MEX, e-CAF e e-Folha, garantindo a segregação de funções e a consequente racionalização dos recursos;
- Realização de visitas de trabalho a **60** instituições de nível Central e Cidade de Maputo, para avaliar o grau de cumprimento dos procedimentos de segurança no e-SISTAFE, tendo sido constatado que ainda é fraco o conhecimento dos procedimentos de segurança por parte de grande parte das instituições, devido essencialmente ao facto de não terem beneficiado de formação, situação que se pretende alterar em 2017, com a reintrodução de programas de formação e reciclagem para os utilizadores;
- Elaboração do estudo para alertas inteligentes (SMS e e-Mail), que tem como finalidade definir as regras de negócio para o desenvolvimento de funcionalidade no e-SISTAFE que permite a emissão de alertas/avisos atempados, por sms e e-mails, sobre eventos relevantes dos processos do e-SISTAFE, tendo sido desenvolvidas

funcionalidades para o MEX e estão em curso a criação de condições técnicas para operacionalizar o sistema de alerta de pagamentos acima de determinado valor; e

- Desenvolvimento do Portal de Gestão das Finanças Públicas, que é um espaço electrónico agregador e disseminador de todas as informações relevantes relativas a execução orçamental criado para promover a transparência e responsabilização da gestão do Orçamento do Estado.

Relativamente ao Módulo de Execução Orçamental (MEX), destaca-se:

- Implementação da funcionalidade que permite a canalização automática dos valores monetários referentes a contribuição dos Funcionários e Agentes do Estado, para aposentação, retidos na folha de salários e remunerações para a conta bancária do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
- Remodelação completa do tratamento de descontos no MEX por forma a simplificar a implementação actual e a atender mais facilmente a introdução de novos bancos na sistemática de retenção de descontos na fonte;
- Desenvolvimento da funcionalidade que permite que o pagamento do Imposto Pessoal Autárquico (IPA) e do Imposto de Reconstrução Nacional (IRN) seja descontado na folha de salários e posteriormente canalizado aos beneficiários no caso dos Municípios para o IPA e Secretarias Distritais para o IRN;
- Desenvolvimento da funcionalidade que permite a recolha automática dos recursos financeiros disponibilizados às unidades Gestoras Executoras – UGE's e não utilizados no período de 15 dias após a sua libertação, visando a atender a necessidade de gestão de tesouraria na recolha de recursos ociosos e tornar mais flexíveis os processos de tesouraria;
- Implementação de melhorias na funcionalidade "Recolha da Receita" para permitir que o valor que entra na CUT relativo ao IVA Líquido fique cativo em 16% para a AT fazer a restituição do valor ao sujeito passivo;
- Implementação de melhorias ao processo de encerramento do exercício económico de 2016 e abertura de 2017, destacando-se a automatização de actividades antes realizadas com a intervenção humana, melhorias de performance das funcionalidades e a alteração de negócio com vista a permitir que o processo de encerramento possa ser feito em pouco mais de dois dias, de 2017 em diante;
- Desenvolvimento da funcionalidade de conciliação automática da CUT que deve ser operacionalizada no primeiro trimestre de 2017;

- Criação, ao nível do e-SISTAFE, das Unidades Intermédias (UI's) do Subsistema do Orçamento do Estado (SOE) Sectoriais para dinamizar a descentralização ao nível central das principais actividades do processo de Administração do Orçamento do Estado executadas em cada Sector; e
- Criação da base única de armazenamento de Número Único de Identificação Tributário (NUITs) e Domicílios Bancários (NIBs) para o uso nas diferentes aplicações do e-SISTAFE.

No âmbito da auscultação dos usuários do Sistema, foi realizado, em Julho o Fórum dos Utilizadores do e-SISTAFE (FUE) em três Províncias, nomeadamente Cabo-Delgado com **316** participantes (Cidade de Pemba e Distritos de Mueda, Montepuez e Macomia), Zambézia com **327** participantes (Cidade de Quelimane e Distritos de Quelimane, Gurué e Mocuba), Inhambane com **290** participantes (Cidade de Inhambane e Distritos de Inhambane, Inhassoro e Massinga), Cidade de Maputo com **511** participantes, Província de Maputo com **234** participantes (Cidade da Matola e distrito de Manhica), sendo que os locais escolhidos foram polos de convergência dos utilizadores de outros distritos circunvizinhos. No total, participaram do mesmo **1.678** utilizadores com os perfis de Agente de Execução Financeira (AEF), Agente de Execução Orçamental (AEO), Agente de Segurança (AS), Agente do DAF (ADAF), Agente de Mapa de Efectividade (AME), Supervisor de Folha de Salário (SFS), Agente Recenseador Distrital (ARD) e Agente de Controlo Interno (ACI), para além de gestores financeiros dos Sectores de Educação, Saúde e Agricultura, como recomendação do FUE e realizado no exercício de 2015, e foram apresentados, dentre outros temas, os seguintes: Execução das fases da despesa, Processamento e pagamento de salários, Cadastro e manutenção de domicílios bancários e Procedimentos de segurança no e-SISTAFE. Os participantes destes fóruns sugeriram que se convidasse os ordenadores de despesas nos próximos eventos; que se realizasse encontros do género com os fornecedores; que se aumentassem as acções de formação e reciclagem; entre outras recomendações.

Foi elaborado o Plano Estratégico das Finanças Públicas (PEFP) 2016-2019 em colaboração com as Direcções Nacionais do Ministério da Economia e Finanças (MEF). O Plano Estratégico foi objecto de apreciação pelos membros do Conselho Técnico do MEF, Conselho Consultivo do Ministros, partilhado com os Parceiros de Cooperação e com a missão do FMI que visitou o país em Dezembro de 2016, tendo estes prestado apoio no seu enriquecimento.

2.3. Dar Continuidade a Implementação do SISTAFE

Na prossecução da implementação do SISTAFE foram realizadas actividades de comunicação da Reforma das Finanças Públicas, Prova de Vida dos Funcionários e Agentes do Estado, desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRH), implementação do e- Tributação, desenvolvimento do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), elaboração de documentação para dar início ao Desenvolvimento do Sistema de Gestão Autárquica e do Subsistema de Planificação e Orçamento (modelo conceptual).

A componente de acções de comunicação da Reforma das Finanças Públicas, foi iniciada, estando em processo, a implementação da estratégia de comunicação e imagem, que envolve a produção e lançamento de manuais, panfletos e outros tipos de material ilustrativo do processo de reforma das Finanças e produção de material promocional de divulgação institucional.

Na Prova de Vida (PV) dos Funcionários e Agentes do Estado foi concluído o processo de realização da 1ª Prova de Vida dos FAE com recurso a biometria, que decorreu de 1 de Julho a 30 de Novembro de 2015, tendo o ano de 2016 sido reservado para a regularização e consolidação dos resultados da PV do ano anterior. Para efeitos de divulgação dos resultados deste processo, foi elaborado o relatório final da PV que será divulgado pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública.

Foram criadas as condições para que a PV dos FAE seja uma acção contínua, devendo o FAE realizá-la no mês de seu aniversário, a partir de 01 de Janeiro de 2017, tendo sido implantada e operacionalizada a respectiva aplicação informática.

Relativamente aos Processos e Procedimentos de Pagamento de Pensões estão em execução as actividades que visam melhorar o sistema de pagamento dos pensionistas do Estado, estando em desenvolvimento as funcionalidades para a realização da primeira PV dos Pensionistas com recurso a dados biométricos.

No **Projecto de implantação do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE)**, foi homologado e entregue o Módulo I ao MISAU¹⁰, que compreende seis subprocessos, nomeadamente, Novo Ingresso, Contrato, Nomeação Provisória, Nomeação Definitiva, Efectividade e Transferência, estando em o desenvolvimento o Módulo II, na vertente de especificação e testes.

O Módulo II compreende os subprocessos de Promoção, Progressão, Mudança de Carreira, Substituição, Acumulação de Funções, Licenças, Despromoção e a extensão dos Orgânicos que permitirão a inserção das especificidades de informação adicional, por sector. Os Orgânicos farão complemento dos vários subprocessos do ciclo de vida dos Funcionários e Agentes do Estado. Refira-se que, a pedido do MISAU, o escopo de entregas do Módulo II foi alterado, face à inclusão de funcionalidades para o cadastro de estabelecimento de saúde, alocação de recursos físicos e financeiros e o histórico de Funcionários e Agentes do Estado, a entregar até Maio de 2017.

No **e-Tributação**, no âmbito das acções do processo de modernização dos serviços da administração tributária na cobrança e gestão de impostos internos, enquadradas na execução do PAO 2016, foi efectuada a integração entre o e-Tributação e o Portal do Contribuinte, tendo o Portal sido instalado no Centro de Dados do CEDSIF e disponibilizado o acesso à Autoridade Tributária de Moçambique (AT) para operar em regime de testes. O Portal servirá de meio electrónico de interacção entre o contribuinte e a Administração Tributária, no cumprimento das suas obrigações fiscais, bem como acesso à sua informação fiscal, independentemente da localização do contribuinte relativamente à unidade de cobrança.

No âmbito da Interoperabilidade entre o e-Tributação e o e-BAU, para o licenciamento de actividades económicas, foi desenvolvido o mecanismo de atendimento aos pedidos do e-BAU, para criação e consulta de NUIT no e-Tributação, bem como a comunicação de início de actividade, tendo sido entregue ao projecto e-BAU a cargo do Ministério da Indústria e Comércio, para o desenvolvimento e testes nesta plataforma.

Foi assinado o contrato com o Consórcio NBMSIT, Novabase e *Intrasoft* Internacional para implementação das restantes funcionalidades do e-Tributação, nomeadamente, avaliação do nível de desenvolvimento, Migração de Dados de NUIT do sistema antigo de atribuição de

¹⁰ Sector que está a canalizar fundos ao projecto com apoio dos seus parceiros.

NUIT para o e-Tributação, Integração entre o e-Tributação e os Bancos Comerciais, Desenvolvimento dos Impostos Sobre Rendimentos (IRs) e Outros Impostos previstos no Classificador Económico da Receita. Porém, porque os parceiros do projecto não desembolsaram os fundos para o pagamento adiantado de **20%** do valor total do contrato (**1.090.677,92 Euros**), os trabalhos não iniciaram.

No **projecto Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)**, no que tange aos 3 elementos estruturantes, nomeadamente Catálogo de Bens e Serviços (CBS), Cadastro de Empresas Fornecedoras (CEF) e Preço de Referencia, foram desenvolvidos e estão em operacionalização 2, nomeadamente o CBS e CEF. Em relação ao Preço de Referencia, foi elaborado o respectivo Modelo de Negócio que se encontra em processo de validação pelo Comité Técnico do Projecto.

Na componente das Contratações Públicas está em curso a elaboração do respectivo Modelo de Negócio.

O **projecto Sistema de Gestão Autárquica (SGA)**, está estruturado em duas componentes específicas, nomeadamente, a gestão financeira Autárquica, área de especialidade do CEDSIF, devendo ser implementada na totalidade com os recursos humanos a contratar, e a gestão urbanística, ambiental e de serviços municipais. Esta última componente será também implementada pelo CEDSIF, mas com o apoio de uma entidade externa especializada, a ser contratada para complementar as suas valências.

Entretanto, o projecto não registou nenhum progresso por falta de recursos financeiros, pois para o Banco Mundial, entidade financiadora, o projecto perdeu a prioridade, consequentemente o financiamento. Contudo, dada a importância que este projecto tem, o CEDSIF realizou acções em busca de apoios financeiros para dar seguimento à sua implementação, na componente do e-SISTAFE para as Autarquias, tendo feito uma sessão de divulgação das valências do projecto aos parceiros do Fundo Comum do SISTAFE e aos parceiros que apoiam o Programa de Descentralização, e aguarda-se retorno destes.

No âmbito do **Subsistema de Planificação e Orçamento** foi harmonizado o cronograma de actividades referentes ao ano 2016, elaborados os termos de referência para contratação de consultoria especializada. As actividades não tiveram início, aguardando-se a contratação da consultoria, e presentemente encontra-se desprovido de recurso financeiros, não obstante a

deslocação de duas missões em Outubro e Novembro, uma para Brasil e outra para Cabo Verde e Portugal, respectivamente, em busca de experiências no tratamento da matéria.

2.4. Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

No âmbito de apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, foram desenvolvidas actividades nos projectos Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB/e-INAS) do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) e Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC).

No **projecto INAS**, foram realizadas actividades para estabilização e incremento do desempenho dos módulos já implementados (módulos de gestão de programas, de focalização por programas, de inscrição por programas, gestão de casos, de pagamentos, monitoria e avaliação), com excepção dos módulos de Acompanhamento e Gestão de Portefólio, cuja implementação depende da conclusão e entrega dos manuais operativos por parte do INAS. Por realizar, está também a disponibilização do sistema em todas delegações do INAS. Nesse sentido, foi celebrado um contrato entre o CEDSIF e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o levantamento das necessidades de rede de dados e avaliação das condições físicas das delegações do INAS.

Quanto ao **Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC)**, as acções previstas continuam dependentes da alocação de recursos humanos. Entretanto, está em curso o processo de contratação de Técnicos que irão implementar o sistema.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2016 foi de **744.701.430,00 MT**, tendo ao longo da execução até Julho, passado para **1.066.892.178,41 MT** influenciado por aumentos e diminuição do orçamento conforme se apresenta a seguir:

- Inscrição de saldos de 2015 e compromissos da União Europeia referente a 2016 em **318.063.478,41 MT**;
- Reforço orçamental transferido de Autoridade Tributaria de Moçambique para cobertura das despesas do Projecto e-Tributação, especificamente as licenças de ETPM no valor de **23.000.000,00 MT**; e
- Transferência orçamental para às DPEFs no valor de **18.872.730,00 MT** da Fonte de Recurso de União Europeia (134UE-CEDSIF).

Decorrente da Revisão do PES e do Orçamento do Estado de 2016, aprovado pela AR no mês de Julho de 2016, o orçamento do CEDSIF, no valor de **1.066.892.178,41 MT**, foi revisto em baixa num montante total de **139.068.598,22 MT**, representando uma redução em **13,03%**.

No período seguinte ao da revisão orçamental, até o mês de Dezembro de 2016, houve variação orçamental, que influenciou o orçamento e os principais factores estão descritos abaixo:

- Foi acrescido o orçamento em **9.564.839,54 MT** para cobrir despesas de funcionamento da instituição;
- Foi acrescido o orçamento em **12.635.200,00 MT** para cobrir despesas de licenças da Biblioteca de biometria para prova de vida de pensionistas;
- Foi acrescido orçamento em **37.986.229,8 MT** para cobrir despesas de projecto de Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas;
- Foi transferido o orçamento no valor de **4.619.980,00 MT** de recursos de tesouro para a Direcção Nacional do Património do Estado com vista a aquisição de 3 (três) viaturas a serem afectadas a igual número de Delegações do CEDSIF;
- Foi transferido o orçamento no valor de **190.900,00 MT** de recursos da União Europeia para a Delegação do CEDSIF da Província de Nampula.

Com as variações acima mencionadas, o orçamento actualizado passou para **983.198.969,53 MT**, valor que serve de base para análise do presente relatório anual de 2016 (tabela 7).

Tabela 7: Mapa de Variação Orçamental de 2016 (MT)

Ordem	FR	Dotação Inicial (1)	Variação Orçamental antes da Revisão		Dotação Actualizada Antes da Revisão (4=1+2-3)	Redução Orçamental Por Revisão (5)	Variação Orçamental Depois da Redução		Dotação Actualizada Antes da Revisão (8=4- 5+6-7)
			Aumento (2)	Redução (3)			Aumento (6)	Redução (7)	
1.00	101.00	506,015,570.00			506,015,570.00	(106,772,620.04)	9,564,839.54	(4,619,980.00)	404,187,809.50
2.00	111CEDSIF	14,469,850.00	13,973,003.80		28,442,853.80	(7,200,000.12)			21,242,853.68
3.00	133FCAAT		23,000,000.00		23,000,000.00				23,000,000.00
4.00	133FCSISTAFE	209,518,230.00	211,459,424.20		420,977,654.20	(25,095,978.06)			395,881,676.14
5.00	134ASDI				0.00		12,635,200.00		12,635,200.00
6.00	134UE-CEDSIF	14,697,780.00	92,631,050.41	(18,872,730.00)	88,456,100.41			(190,900.00)	88,265,200.41
7.00	134WB-CEDSIF						37,986,229.80		37,986,229.80
8.00	Total	744,701,430.00	341,063,478.41	(18,872,730.00)	1,066,892,178.41	(139,068,598.22)	60,186,269.34	(4,810,880.00)	983,198,969.53

Saldo Inicial

O CEDSIF transitou de 2015 para 2016 com um saldo financeiro de **236.559.048,24 MT**, assim discriminados por fontes de recursos na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8: Mapa de Saldo Inicial

Despesas	Valor (MT)	Câmbio	Total (MT)
Saldo Inicial			236.559.048,24
Valores em MZM			47.990.725,79
Tesouro – MZN	16.219.665,44	1.00	16.219.665,44
• Tesouro - MZN 134UE	11.443.271,13	1.00	11.443.271,13
• BCI - CEDSIF – MZN	6.327.789,22	1.00	6.327.789,22
111CEDSIF-Receitas Próprias	14.000.000,00	1.00	14.000.000,00
Valores em MZM – DPEF's			0,00
Valores em USD			188.548.885,85
• Tesouro – USD	262.343,62	45.12	11.836.944,13
• BM - CEDSIF – USD	3.916.488,07	45.12	176.711.941,72
Valores em EURO – Tesouro		49.29	0.00
Valores em ZAR – Tesouro	6.644,99	2.93	19.436,60
Garantias Bancárias			
Diferenças cambiais das despesas		1.00	0.0

Entradas de recursos financeiros

Durante o ano de 2016, houve entrada de recursos financeiros na ordem de **846.262.519,66 MT**, assim discriminados:

- **401.399.871,84 MT**, de Recurso de Tesouro;
- **366.846.370,43 MT** de recursos dos Parceiros, nomeadamente:
 - **161.140.280,79 MT** financiado pela Dinamarca e desembolsado da seguinte forma;

- Primeira *tranche* no mês de Agosto de 2016 no valor de **76.094.348,41 MT** correspondente a **DKK 7.500.000,00** e equivalente a **USD 1.108.762,18**; e
- Segunda *tranche* no mês de Novembro de 2016 no valor de **85.045.932,38 MT** correspondente a **DKK 7.500.000,00** e equivalente a **USD 1.111.275,74**;
- **136.500.000,00 MT** financiado pela Noruega em *tranche* única no mês de Novembro de 2016 correspondente a **NOK 15.000.000,00** e equivalente a **USD 1.808.165,91**;
- **12.222.699,84 MT** da Cooperação Técnica Belga para financiar actividade do Projecto SNGRHE;
- **37.986.229,80 MT** da DNT- Programa de Gestão de Finanças Públicas Orientado para Resultados para financiar despesas de projecto de Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas;
- **18.997.160,00 MT** da 133CAAT- Autoridade Tributária para despesas de Projecto e-Tributação.
- **12.635.200,00 MT** da 134ASDI – Inpensão Geral das Finanças para cobrir despesas de licenças da Biblioteca de biometria para prova de vida de pensionistas e foram recolhidos a 31 e Dezembro de 2016;
- **36.456.031,54 MT** referente as Diferenças cambiais de exercício.
- **41.560.245,85 MT** referente as entradas ocorridas nas contas BCI (co-titulada pelo CEDSIF e DNT) e BIM desagregado por:
 - **26.376.17,78 MT**, provenientes de Receitas Próprias, tal como ilustra a Tabela 8; e
 - **15.803.080,35 MT**, provenientes de entradas ocorridas na conta, referentes a devoluções de valores de instituições, colaboradores e garantias bancárias.
 - **(618.942,28) MT** devoluções de valores de garantias e ajustamentos.

Com estas ocorrências, o CEDSIF contou com uma disponibilidade total de recursos financeiros de **1.082.821.567,89 MT**, constituído pelo saldo inicial no montante de **236.559.048,24 MT** e pelas entradas que ocorreram durante período em análise no valor de **846.262.519,66 MT**.

Tabela 9: Previsão de Receitas Próprias do CEDSIF-2016 (MT)

	Previsto	Desembolsos Realizado														MZN
Descrição		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado	Saldo (Por Realizar)	Grau de Execução
Letshego	9,250,560.00	1,325,340.00		979,780.00	699,300.00	595,000.00		1,443,660.00		1,483,860.00		1,452,240.00		7,979,180.00	-1,271,380.00	86%
Banco +	192,000.00			50,000.00		22,140.00		12,940.00	15,620.00	17,380.00	19,660.00	22,300.00	5,360.00	165,400.00	-26,600.00	86%
Bayport	2,011,968.00					1,848,220.00	449,740.00	474,660.00	496,540.00	519,180.00		1,130,840.00	542,360.00	5,461,540.00	3,449,572.00	271%
Escola de Formação	1,800,000.00	247,145.87	207,538.00	276,306.00	200,110.00	211,177.00	219,700.00	107,236.00	200,853.73	156,566.00	138,804.00	199,995.81	132,803.23	2,298,235.64	498,235.64	128%
Venda de Caderno de Encargos	120,000.00	3,600.00	8,400.00		1,300.00	15,500.00		3,090.00	1,672.00	1,680.00			11,978.00	47,220.00	-72,780.00	39%
Comparticipação no Edifício	975,325.68			406,385.70	81,277.14		243,831.42		81,277.14				447,024.27	1,259,795.67	284,469.99	129%
Conta BIM		1,890,284.76												1,890,284.76	1,890,284.76	
Movitel	120,000.00				60,000.00			60,000.00			60,000.00			180,000.00	60,000.00	150%
INAS							5,502,284.71			796,083.50		796,083.50		7,094,451.71	7,094,451.71	
Subtotal de Receitas Próprias	14,469,853.68	3,466,370.63	215,938.00	1,712,471.70	1,041,987.14	2,692,037.00	6,415,556.13	2,101,586.00	795,962.87	2,974,749.50	218,464.00	3,601,459.31	1,139,525.50	26,376,107.78	11,906,254.10	182%

Para o ano de 2016, o CEDSIF tinha previsto realizar receitas próprias no valor de **14.469.853,68 MT**, tendo realizado um valor global de **26.376.107,78 MT** correspondendo a **182%** do valor estimado. Destas entradas, não constituíam previsão o montante de **10.672.027,68 MT** a seguir discriminados:

- Receitas de prestação de serviços ao Banco BayPort, em **3.449.572,00 MT**;
- Receitas de prestação de serviço a empresa Movitel, no montante de **120.000,00 MT**;
- e
- Receitas no montante de **7.102.455,68 MT** referente a prestação de serviços ao INAS de desenvolvimento do ‘Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas da Acção Social - SGB’ e de ‘levantamento de necessidades de infraestrutura tecnológica das delegações do INAS para operação do SGB’.

Execução das Despesas

No período de Janeiro a Dezembro de 2016, o CEDSIF realizou despesas acumuladas no valor de **744.537.194,40 MT**, e deste valor, **707.496.748,61 MT**, foi executado via sistema e-SISTAFE e **37.040.445,79 MT** foi executado nas contas do BCI, BIM ¹¹ titulada pelo CEDSIF, e transferido para DPEF’s, o que corresponde a **71,96%** da dotação actualizada.

O montante de **37.040.445,79 MT**, executado conforme referido, apresenta o seguinte detalhe:

- **20.801.565,00 MT**, valor da União Europeia transferido para as DPEF’s;
- **722,24,00 MT**, valor de ajustamento dos recursos da União Europeia;
- **1.694.910,00 MT**, valor dos Parceiros de Fundo Comum Transferido as Provincias
- **14.543.248,55 MT**, Valor que foi realizado nas contas de BCI e BIM.

¹¹O valor executado nas contas bancárias de BCI e BIM, referem-se aos custos de comissões e impostos sobre as transferências bancárias ocorridas durante o período ano de 2016, pagamento dos honorários dos docentes da Escola de formação de CEDSIF, contratados e aposentados, pagamento de ajudas de custos e formação de novos ingressos através da empresa Matrix.

A execução do orçamento situou-se em **68,75%**, essencialmente pelos seguintes factores:

- A depreciação acentuada da moeda do Metical, face à moeda externa o que determinou o agravamento dos preços dos bens e serviços, tornando inexecutáveis os contratos de consumíveis correntes. Este facto levou ao cancelamento de vários contratos de fornecimento de bens e serviços e ao relançamento de concursos e adjudicação a novos fornecedores o que originou a execução tardia de actividades;
- O processo de transferência de dotação de Autoridade Tributária para o CEDSIF com o objectivo de cobrir as despesas de licenças de suporte e actualização do ETPM que foi moroso tendo sido concluído no mês Setembro, altura que foi desencadeado o processo preparatório para o pagamento das licenças em causa;
- O processo realizado durante o quarto trimestre de 2016 de transferência de dotação de Inspecção Geral de Finanças para cobrir despesas de licenças da Biblioteca de biometria para prova de vida de pensionistas. O orçamento em causa, não foi executado pelo facto de não ter sido concluída a testagem de aceitação/não da ferramenta em aquisição;
- O processo de transferência de dotação efectuado pela Direcção Nacional de Tesouro-Programa de Gestão de Finanças Públicas Orientado para Resultados para o CEDSIF, para cobrir despesas de projecto de Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas registou incompatibilidade nas Fontes de Recursos. Pois, aquando da transferência não existia a fonte Recurso do CEDSIF para o efeito, tendo sido criada mais tarde, o que possibilitou a sua efectivação da Fonte de Recursos FR 134WB-DNT para 134WB-CEDSIF;
- O atraso de desembolso dos valores dos compromissos de financiamento das actividades do CEDSIF pelos Parceiros de Fundo Comum devido ao atraso de envio do Relatório de Auditoria Externa as contas de 2015;
- O fornecedor não conseguiu até ao final do exercício económico de 2016 cumprir com a entrega do equipamento para a expansão do e- SISTAFE financiada pela subvenção da União Europeia;

Execução por Fonte de Recursos**Tabela 10.** Execução Por Fontes de Recursos (MT)

Ordem	Descrição	Dotação Actualizada de 2016 (1)	Execução de 2016 (2)	Saldo Orçamental de 2016(3=1-2)	Grau de Execução de 2016 (4=2/1)
1	101RT	447,336,352.90	401,399,871.84	45,936,481.06	89.73%
2	111CEDSIF	24,054,069.32	13,784,069.32	10,270,000.00	57.30%
3=1+2	Componente Interna	471,390,422.22	415,183,941.16	56,206,481.06	88.08%
4	133FCAAT	23,000,000.00	13,295,880.00	9,704,120.00	57.81%
5	133FCSISTAFE	395,881,676.14	231,606,923.28	164,274,752.86	58.50%
6	134SADI	12,635,200.00		12,635,200.00	0.00%
7	134UE-CEDSIF	88,151,450.41	47,410,004.16	40,741,446.25	53.78%
8	134WB-CEDSIF	37,986,229.80		37,986,229.80	0.00%
9=(4 a 8)	Componente Externa	557,654,556.35	292,312,807.44	265,341,748.91	52.42%
10=3+9	Total	1,029,044,978.57	707,496,748.60	321,548,229.97	68.75%

Tabela 11. Comparação da Execução Orçamental Por Fontes de Recursos (MT)

Ordem	Descrição	Dotação Actualizada		Execução		Variação		Grau de Execução		Variação de Grau de Execução (9=(8-7)/7)
		2015 (1)	2016 (2)	2015 (3)	2016 (4)	Orçamental (5=2-1)	Execução (6=4-3)	2015 (7=3/1)	2016 (8=4/2)	
1	101RT	486,312,677.71	447,336,352.90	486,312,678.00	401,399,871.84	-38,976,324.81	-84,912,806.16	100.00%	89.73%	-10.27%
2	111CEDSIF	10,000,000.00	24,054,069.32		13,784,069.32	14,054,069.32	13,784,069.32	0.00%	57.30%	
3=1+2	Componente Interna	496,312,677.71	471,390,422.22	486,312,678.00	415,183,941.16	-24,922,255.49	-71,128,736.84	97.99%	88.08%	-10.11%
4	133FCAAT		23,000,000.00		13,295,880.00	23,000,000.00	13,295,880.00		57.81%	
5	133FCSISTAFE	256,361,085.68	395,881,676.14	152,282,428.00	231,606,923.28	139,520,590.46	79,324,495.28	59.40%	58.50%	-1.51%
6	134SADI		12,635,200.00			12,635,200.00	0.00		0.00%	
7	134UE-CEDSIF	94,324,534.84	88,151,450.41	29,681,103.00	47,410,004.16	-6,173,084.43	17,728,901.16	31.47%	53.78%	70.92%
8	134WB-CEDSIF		37,986,229.80			37,986,229.80	0.00		0.00%	
9=(4 a 8)	Componente Externa	350,685,620.52	557,654,556.35	181,963,531.00	292,312,807.44	206,968,935.83	110,349,276.44	51.89%	52.42%	1.02%
10=3+9	Total	846,998,298.23	1,029,044,978.57	668,276,209.00	707,496,748.60	182,046,680.34	39,220,539.60	78.90%	68.75%	-12.86%

Execução por Classificação Económica da Despesa (MT)**Tabela 12:** Execução Por Classificação Económica da Despesa (MT)

	Dotação actualizada		Despesas Pagas 2016		Despesas Pagas 2015				
Descrição	Valor (1)	Peso	Valor (2)	Peso	Valor (3)	Peso	Saldo Orçamental de 2016 (4=1-2)	Variação das Despesas Pagas (5=2-3)	Grau de Execução de 2016 (6=2/1)
Salários e Remunerações	347,037,105.85	35.30%	334,925,168.19	47.34%	335,854,047.00	50.26%	12,111,937.66	-928,878.81	96.51%
Demais Despesas Com Pessoal	21,183,302.61	2.15%	7,552,644.94	1.07%	10,693,469.00	1.60%	13,630,657.67	-3,140,824.06	35.65%
Bens	16,395,624.70	1.67%	7,996,397.40	1.13%	12,807,921.00	1.92%	8,399,227.30	-4,811,523.60	48.77%
Serviços	374,679,522.51	38.11%	259,986,872.13	36.75%	243,553,599.00	36.45%	114,692,650.38	16,433,273.13	69.39%
Construções	10,000,000.00	1.02%	10,000,000.00	1.41%		0.00%	-	10,000,000.00	100.00%
Equipamento e Mobiliário	132,879,099.32	13.51%	53,949,536.84	7.63%	65,277,272.00	9.77%	78,929,562.48	-11,327,735.16	40.60%
Meios Circulantes					2,619.00	0.00%			
Demais Bens de Capital	81,024,314.54	8.24%	33,086,851.34	4.68%	87,282.00	0.01%	47,937,463.20	32,999,569.34	40.84%
Total	983,198,969.53	100.00%	707,497,470.84	100.00%	668,276,209.00	100.00%	275,701,498.69	39,223,880.84	71.96%

Salários e Remunerações

Os recursos para execução da rubrica de salários e Remunerações do pessoal nacional provêm dos Recursos do Tesouro. No período de Janeiro a Dezembro de 2016, foi executado o valor de **334.925.168,19 MT**, o que corresponde a **96,51%** da dotação da rubrica e apresenta um peso no total da despesa de **47,34%** de toda execução anual.

No ano de 2016, a rubrica teve decrescimento de execução na ordem de **0,28%** em relação a execução da rubrica em 2015, influenciaram a abaixa execução da rubrica de salários e remunerações a não integração no Quadro de Pessoal da instituição de 12 novos ingressos previsto inicialmente a partir de mês de Outubro de 2016, a não inclusão do décimo terceiro salário de 2016 diferentemente de 2015 e a desvinculação de colaboradores por vários motivos.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução desta rubrica no período em análise foi de **7.552.644,94 MT**, o que representa uma realização de **35,65%** da dotação da rubrica e um de peso **1,07%** da execução total de ano. Nesta rubrica destaca-se o pagamento de subsídios aos estagiários do Projecto INAS e de ajudas de custos em divida refente ao Fórum dos Utilizadores do e-SISTAFE, realizado na província de Gaza no ano de 2015. No ano de 2016, a rubrica teve decrescimento de execução na ordem de **29,37%** em relação a execução da rubrica em 2015. Este facto foi influenciado pela revisão em baixa do orçamento de CEDSIF.

Bens

A rubrica de bens congrega despesas de combustível, bens para manutenção de móveis e imóveis e material de consumo para escritório. Esta rubrica atingiu uma execução total de **7.996.397,4 MT**, o que representa **48,77%** de execução de dotação desta rubrica e um peso relativo de **1,13%** da execução total. No ano de 2016, a rubrica teve execução de **37,57%** em relação a execução da rubrica em 2015. Este facto, foi influenciada pela revisão para menos de orçamento de CEDSIF.

Serviços

A rubrica de serviços agrega o pagamento de salários dos consultores internacionais, manutenção e reparação de bens imóveis e rendas. A sua execução foi de **259.986.872,13 MT**, correspondente a **69,39%** da dotação da rubrica e um peso relativo de **36,75%** do total executado. No ano de 2016, a rubrica teve acréscimo de execução na ordem de **6,75%** em relação a execução da rubrica em 2015. Este facto foi influenciado pela revisão para menos de orçamento de CEDSIF.

Obras

Esta categoria de despesas, com execução de **10.000.000,00 MT** correspondente a **100%** da dotação da rubrica e um peso de **1,41%** do total executado, refere-se a aquisição da Sobre loja do edifício, na sede do CEDSIF.

Equipamentos e Mobiliário

Esta categoria de despesas, com uma execução de **53.949.536,84 MT** correspondente a **40,60%** da dotação da rubrica e um peso de **7,63%** do total executado e refere-se a aquisição de equipamento para expansão do e-SISTAFE, financiado pela União Europeia. No ano de 2016, a rubrica registou uma execução baixa, ou seja, decresceu **178,5%** em relação a execução ao ano 2015. Este facto, para além de revisão orçamental para menos, foi influenciada também pela mudança da política contabilística da classificação das licenças de *software* que passaram a ser classificadas na rubrica referente a "Demais despesas de capitais" na qualidade de um bem incorpóreo ao invés da rubrica "Equipamentos e mobiliários".

Meios Circulantes

Esta categoria de despesas inclui aquisição de viaturas para algumas delegações, não teve qualquer execução, pois a seu orçamento foi transferido para Direcção Nacional de Patrimonio do Estado para financiar a aquisição dos meios circulantes acima mencionados.

Demais Despesas de Capital

Nesta categoria de despesas, a execução foi de **33.086.851,34 MT** correspondente a **40,84%** da dotação da rubrica e um peso relativo de **4,68%** do total executado, refere-se ao pagamento da Despesa de licenças de Base de Dado e de ETPM.

Execução Orçamental por Objectivo Estratégico

O Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019 apresenta uma estrutura por objectivos estratégicos, sendo as actividades materializáveis anualmente através da alocação de recursos financeiros no PAO.

Dos quatro objectivos estratégicos, a execução orçamental teve maior incidência nas despesas relativas à “**Garantia do funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF**”, com o peso orçamental de **54,95%**, que têm uma execução de **484.981.248,36 MT**, que corresponde **85,76%** do orçamento do objectivo e peso relativo de **68,55%** da execução anual. O objectivo “**Consolidar a reforma do SISTAFE**” com execução de **211.759.461,68 MT** correspondente a **55,10%** de seu orçamento e um peso de **37,35%** de execução total.

Constituem despesas significativas do primeiro objectivo, a componente de salários e remunerações do pessoal civil (nacionais e internacionais), bens, consumíveis do escritório e serviços diversos, e do segundo objectivo estratégico, as despesas com as comunicações.

Tabela 13: Execução Por Objectivos Estratégicos

Objectivo Estratégico	Orçamento		Despesas		Saldo Orçamental	Grau de Execução
	Valores	Peso	Valores	Peso		
Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF	565,500,985.23	54.95%	484,981,248.36	68.55%	80,519,736.87	85.76%
Consolidar a reforma do SISTAFE	384,315,420.64	37.35%	211,759,461.68	29.93%	172,555,958.96	55.10%
Dar continuidade a implementacao do SISTAFE	63,163,649.48	6.14%	6,245,911.41	0.88%	56,917,738.07	9.89%
Apoiar as instituições do Estado na implementacao de sistemas complementares ao SISTAFE	16,064,923.22	1.56%	4,510,127.16	0.64%	11,554,796.06	28.07%
Total	1,029,044,978.57	100.00%	707,496,748.61	100.00%	321,548,229.96	68.75%

Saldo Financeiro Final a 31 de Dezembro de 2016

O saldo financeiro final de CEDSIF a 31 de Dezembro de 2016 é de **338.243.272,26 MT**.

Este saldo resulta dos saldos existentes na CUT em várias moedas, conta Forex-USD, BCI e BIM, tal como ilustra a tabela a seguir. Os valores em divisas foram convertidos ao câmbio médio de 31/12/2016 de Banco de Moçambique.

Tabela 14: Saldo Final Financeiro do CEDSIF

Descrição	MZM	USD	ZAR
BCI - CEDSIF	19,296,391.61		
BCI - CEDSIF (Escola de CEDSIF)	728,115.29		
BM		1,111,275.74	
BIM	2,285,109.43		
111CEDSIF-Receitas Próprias (CUT)	215,930.68		
CUT 270102300 - 27A900022	48,133,798.45	1,957,518.94	6,644.99
União Europeia (134UE-CEDSIF) – CUT	6,402,963.29	59,325.31	
DNT (134WB-CEDSIF)	37,986,229.80		
Saldo Final Total de Extratos	115,048,538.55	3,128,119.99	6,644.99
Câmbios Médio BM (31/12/16)	1.00	71.34	5.22
Saldo Final MZN	115,048,538.55	223,160,080.09	34,653.62
Saldo total em MZN	338,243,272.26		

Execução das Direcções Provinciais de Economia e Finanças (Orçamento das Delegações do CEDSIF)

O CEDSIF procedeu transferência de dotação para as DPEFs para o funcionamento (FR-133FCSISTAFE) das Delegações do CEDSIF e para as acções de Expansão do e-SISTAFE e realização do Fórum dos Utilizadores (FR-134 EU-CEDSIF), segundo ilustra as tabelas 15 e 16 abaixo. Conforme as regras estabelecidas o valor transferido para o funcionamento das delegações, a prestação de contas é feita ao nível de cada Província, e para os valores transferidos para a expansão e Fórum dos Utilizadores, a prestação de contas é feita ao CEDSIF, que inclui na prestação de contas do seu orçamento.

Tabela 15: Execução das DPEFs – Fonte de Recursos: 133FCSISTAFE (MT)

Unidade	Recebimento (1)	Executado (2)	Saldo (3=1-2)	Grau de Execução (4=2/1)
DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	256,200.00	253,339.00	2,861.00	98.88%
DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	185,280.00	137,280.00	48,000.00	74.09%
DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula	151,320.00	151,320.00	-	100.00%
DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	197,820.00	174,420.00	23,400.00	88.17%
DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	165,000.00	163,200.00	1,800.00	98.91%
DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	275,990.00	275,928.50	61.50	99.98%
DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala	399,300.00	399,300.00	-	100.00%
DPPF I'bane UI do STP da Despesas de I'bane			-	
DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	64,000.00	60,000.00	4,000.00	93.75%
DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Provincia			-	
Total	1,694,910.00	1,614,787.50	80,122.50	95.27%

Dos recursos do Fundo Comum transferidos para as DPEF's com finalidade de garantir o funcionamento das delegações, foi executado **1.614.878,50 MT** correspondente a **95,27%** do total dos recursos financeiros transferidos.

Tabela 16: Execução das DPEFs – Fonte de Recursos: 134UE-CEDSIF (MT)

Unidade	Recebimento (1)	Executado (2)	Saldo (3=1-2)	Grau de Execução (4=2/1)
DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	1,122,650.00	1,087,296.00	35,354.00	96.85%
DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	2,475,965.00	2,350,800.00	125,165.00	94.94%
DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula	2,101,328.00	1,935,163.35	166,164.65	92.09%
DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	3,288,286.00	2,533,183.00	755,103.00	77.04%
DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	2,270,386.00	2,054,081.90	216,304.10	90.47%
DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	1,682,012.00	1,555,427.60	126,584.40	92.47%
DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala	2,922,070.00	1,535,087.00	1,386,983.00	52.53%
DPPF I'bane UI do STP da Despesas de I'bane	2,791,396.00	1,592,093.59	1,199,302.41	57.04%
DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	1,302,972.00	1,124,387.00	178,585.00	86.29%
DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Provincia	844,500.00	718,788.00	125,712.00	85.11%
Total	20,801,565.00	16,486,307.44	4,315,257.56	79.26%

Dos recursos da União Europeia Disponibilizados para as DPEF's com finalidade de garantir a Expansão do e-SISTAFE e Fórum dos Utilizadores, foram executados **16.486.307,44 MT**, o correspondente a **87,36%** do orçamento transferido no valor de **18.872.730,00 MT**.

Anexo ao Balanço da Execução Orçamental

Nota de Saldo inicial

A Carta de Recomendações do auditor externo às contas do CEDSIF referente ao exercício de 2015 referiu que *“tal como foi referido pelos auditores anteriores, o saldo inicial encontra-se sobrevalorizado, no montante de 758.523,00 MT, decorrente de erros no processo de reabertura das contas no ano de 2012. De acordo com informações obtidas junto dos responsáveis pela contabilidade do CEDSIF, o valor supramencionado, está relacionado com algumas garantias provisórias e definitivas, relacionados com recursos públicos ocorridos em 2011, que constavam do saldo de encerramento desse ano e que não foram transferidos no saldo de abertura do ano seguinte”*.

O Auditor recomendou ao CEDSIF que, ao abrir os saldos de 2016, incorpore aquele montante e apresente uma reconciliação das razões que estão na base desse ajustamento através de balanços progressivos correctivos com efeitos retroactivos ao exercício económico até ao ano em que ocorreu o erro. O resultado final do ajustamento deve ser aprovado pela Direcção Geral do CEDSIF, com o parecer do Conselho de Direcção da Instituição.

Nestes termos, procedeu-se ao apuramento do retroactivo dos saldos financeiros de abertura das Contas do CEDSIF, tal como ilustram os mapas a seguir.

Mapa 1: Posição Financeira Reportada pelas Auditorias								
Ordem	Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Saldo Inicial	71,243,368.00	242,389,391.00	235,619,822.00	160,558,533.00	208,764,632.00	148,686,829.00	237,317,571.00
2	Variação anual das Receitas Vs despesa	171,146,023.00	(6,121,913.00)	(75,819,812.00)	48,206,099.00	(60,077,803.00)	88,630,742.00	
3=1+2	Saldo Final	242,389,391.00	236,267,478.00	159,800,010.00	208,764,632.00	148,686,829.00	237,317,571.00	237,317,571.00
Representado por								
	Bancos (Fecho)	-	-	159,800,010.00	208,006,109.00	147,928,306.00	236,559,048.00	
	Garantias Bancárias			-	758,523.00	758,523.00	758,523.00	
	Total			159,800,010.00	208,764,632.00	148,686,829.00	237,317,571.00	
Mapa 2: Posição Fianceira Corrigida								
Ordem	Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Saldo Inicial	71,243,368.00	242,389,391.00	236,378,321.50	159,800,010.00	208,006,109.00	147,928,306.00	236,559,048.00
2	Variação anual das Receitas Vs despesa	171,146,023.00	(6,011,069.50)	(75,819,812.00)	48,206,099.00	(60,077,803.00)	88,630,742.00	
3	Ajustamento de Garantias Bancárias			(758,499.50)				
4=1+2+3	Saldo Final	242,389,391.00	236,378,321.50	159,800,010.00	208,006,109.00	147,928,306.00	236,559,048.00	236,559,048.00
Mapa 3 (Mapa 1-Mapa 2): Variação das Posições Financeiras								
Ordem	Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Saldo Inicial	0.00	0.00	(758,499.50)	758,523.00	758,523.00	758,523.00	758,523.00
2	Variação anual das Receitas Vs despesa	0.00	(110,843.50)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
3=1+2	Saldo Final	0.00	(110,843.50)	0.00	758,523.00	758,523.00	758,523.00	758,523.00

Os Mapas acima descritos demonstram o apuramento dos seguintes dados contabilísticos:

i. Ano de 2011

Foi reportado a variação das receitas vs despesas no valor de **(6.121.913,00 MT)** e saldo de fecho de **236.267.478,00 MT**. Assim sendo, o valor da variação das receitas vs despesas devia ser **(6.011.069,50 MT)**.

ii. Ano 2012

No relatório de 2012, a informação de 2011, comparada com a informação reportada no relatório de 2011, existe uma diferença de **(110.843,50 MT)** na variação das receitas vs despesas. O respectivo valor passou de **(6.121.913,00 MT)**¹² para **(6.011.069,50 MT)**.

No relatório de 2012, o valor de fecho foi de **236.378.321,50 MT** no ano de 2011, ao invés de **236.267.478,00 MT** reportado no relatório de 2011.

No relatório de 2012, o saldo de abertura é de **235.619.822,00 MT** ao invés de **236.378.321,50 MT** reportado no saldo de fecho de 2011, e a diferença é de **(758.499,50 MT)**.

iii. Ano 2013 a 2015

Nesses períodos, os relatórios financeiros reportados pelos auditores independentes, demonstram que, os saldos de fecho sempre apresentam diferenças de **758.523,00 MT** em relação aos saldos bancários.

iv. Ano de 2016

Segundo as recomendações plasmados na carta de recomendações de 2015 do auditor independente, e na base das correcções feitas conforme ilustra o mapa 2 referente as posições financeiras corrigidas, o saldo de abertura para o ano de 2016, passa a ser **236.559.048,00 MT**, referente aos saldos bancários, ao invés de **237.317.571,00 MT** reportado no saldo de fecho do relatório de 2015.

¹² Valor do relatório de auditoria de 2011

v. Diferenças de Saldo de abertura

O valor **758.523,00 MT** referente a diferença de saldos de abertura ao longo de vários anos, está relacionado com algumas garantias provisórias e definitivas, relativos a concursos de recursos públicos lançados em 2011, que constavam do saldo de encerramento desse ano e que não foi considerado no saldo de abertura do ano 2012.

As garantias em causa no ano de 2015 perfizeram **427.103,31 MT**, tal como ilustra o mapa 4 de garantias bancárias 2011-2015.

Mapa 4: Garantias bancárias 2011-2015

Data	Descrição	Entradas	Saídas	Saldo
2011	Garantia do BTG	121,424.20		121,424.20
2011	Garantia do Electro Fase	349,896.80		471,321.00
2011	Garantia do Electro Fase	241,422.48		712,743.48
2011	Garantia de EBS	45,756.14		758,499.62
25/04/2012	Eletra Fase		591,319.28	167,180.34
18/07/2012	Garantia Bancária	37,800.00		204,980.34
	Garantia Bancária	2,723.50		207,703.84
16/11/12	Academica		717.38	206,986.46
20/02/13	Garantia Bancária	1,500.00		208,486.46
27/02/13	Garantia Bancária	12,173.12		220,659.58
8/21/2014	Garantia Bancária proveniente da Caução da Simara Travel a favor do CEDSIF	12,375.00		233,034.58
5/25/2015	Garantia bancarias	12,661.00		245,695.58
6/23/2015	Garantia bancarias	21,833.73		267,529.31
6/24/2015	Garantia bancarias	40,000.00		307,529.31
6/24/2015	Garantia bancarias	30,000.00		337,529.31
8/24/2015	LC Power, -Garantia	82,000.00		419,529.31
8/24/2015	Electro Mundo-Garantia Bancária	8,600.00		428,129.31
8/24/2015	On Design Garantia Bancária	4,829.00		432,958.31
8/24/2015	On Design Garantia Bancária	6,380.00		439,338.31
9/4/2015	Deposito de Garantia Real Business	10,500.00		449,838.31
9/4/2015	Devolução de Garantia Bancária a favor de Inara Informatica		40,000.00	409,838.31
15/10/2015	Garantia Bancária LCPower	8,835.00		418,673.31
21/10/2015	Garantia On Design	100,000.00		518,673.31
25/11/2015	Devolução da Garantia Real Business		10,500.00	508,173.31
25/11/2015	Devolução da Garantia LC Power		82,000.00	426,173.31
3/12/2015	Garantia Elevadores Micro	930.00		427,103.31

Conforme o Mapa 2 referente a posição financeira corrigida, no ano de 2012, foi feito ajustamento de valor das garantias no valor de **758.499,50 MT**. Tal ajustamento aos saldos de fecho 2012, 2013, 2014 e 2015, nos valores de **159.800.010,00 MT**, **208.006.109,00 MT**, **147.928.306,00 MT** e **236.559.048,00 MT**, respectivamente, passam a ser iguais aos saldos bancários.

Com aprovação de Conselho de Direcção de CEDSIF, o saldo financeiro de abertura é de **236.559.048,24 MT**.

4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

No âmbito da execução PAO 2016, foram realizadas actividades nas componentes de funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF, continuidade da reforma e implementação do SISTAFE, bem como de Sistemas complementares. A análise do grau de execução da matriz de actividades do PAO 2016, mostra que das **65** actividades nela previstas, trinta e cinco (35), correspondentes a **54%** foram concluídas, dez (10), correspondentes a **15,38%**, estão em implementação e vinte (20), equivalentes a **31%**, não foram realizadas. Das actividades não executadas, doze (12), equivalentes a **18,46%**, foram recalendarizadas para 2017, mediante disponibilidade de financiamento.

A reduzida percentagem de execução de actividades (**54%**), resulta em parte pelo facto de **18,46%** não terem sido realizadas face à falta de recursos financeiros e, por conseguinte, reprogramadas para execução em 2017, e por outro, **15,38%** não terem sido concluídas no exercício económico do ano 2016. Contudo, importa salientar que embora essas actividades não tenham sido concluídas, os principais produtos do PAO 2016, foram realizados, e, face a sua relevância, apreciados por entregáveis estratégicos, o desempenho registado no contexto organizacional, a avaliação é positiva, pois:

- Garantiram o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF;
- Contribuíram para consolidação da reforma do SISTAFE, dando a continuidade à descentralização de execução do orçamento no e-SISTAFE para mais 106 Unidades Gestoras Beneficiárias, embora com dificuldades registadas na importação do equipamento destinado ao alargamento da base das UGB; e
- Serviram de apoio ao Estado na implementação de sistemas complementares ao SISTAFE.

As actividades re-calendarizadas para o ano de 2017, estimadas em **18,46%**, justificam-se pelos seguintes factos: (i) falta de recursos financeiros, resultante da redução do orçamento do CEDSIF no ano de 2016, (ii) o início de execução de algumas actividades depende da conclusão de outras que as antecedem; (iii) saída de quadros do CEDSIF e sobreposição de tarefas.

Tabela 17: Actividades programadas versus actividades implementadas de Janeiro a Dezembro de 2016

Objectivo Estratégico	Total de Actividades do PAO 2016	Actividades concluídas	Actividades Não Concluídas	Actividades Nao Iniciadas	Actividades Recalendarizadas para 2017 ou outro ano
A. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	29	24	1	3	1
B. Consolidar a Reforma do SISTAFE	15	8	1	2	4
C. Dar Continuidade a implementação do SISTAFE	19	3	6	3	7
D. Apoiar as Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE D. Apoiar as Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	2	0	2	0	0
Total	65	35	10	8	12
%	100%	54%	15%	13%	18%

Quanto a execução financeira, esta situou-se em **71,96%** da dotação anual do CEDSIF, afigurando-se baixa conforme os factores acima arrolados como causa.

5. PERSPECTIVAS PARA 2017

As perspectivas do PAO 2017 estão focalizadas na prossecução de execução das actividades já iniciadas, priorizando o desenvolvimento de acções que concorram para materialização dos resultados definidos por objectivo estratégico. As actividades programadas são as seguintes:

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF

- Dar continuidade ao processo para aprovação das carreiras, os qualificadores e o Estatuto Remuneratório do CEDSIF e ao desenvolvimento de Recursos Humanos do CEDSIF face aos desafios impostos pela Gestão de Finanças Públicas;
- Melhorar o funcionamento do Sistema de Controlo Interno em implementação e garantir o funcionamento das Unidades Orgânicas com base em normas e manuais de procedimentos internos do CEDSIF;
- Optimizar o nível e qualidade de serviços de atendimento às solicitações dos Utilizadores do e-SISTAFE, garantindo o mapeamento das mesmas e o registo do tempo de resposta; e
- Promover condições para realização de auditoria externa ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do CEDSIF baseado na Norma ISO 9001:2008 e consolidar a implementação do Sistema.

Consolidar a Reforma do SISTAFE

- Apoiar tecnicamente no alargamento da base de equipamento do e-SISTAFE nos órgãos e Instituições do Estado descentralizados, reforçar a capacidade técnica dos utilizadores do e-SISTAFE e fortalecer os mecanismos de auscultação e interacção com os Utilizadores, parceiros e sociedade civil em Finanças Públicas;
- Desenvolver acções que garantam a operação e manutenção do e-SISTAFE, adquirir infra-estrutura de disponibilização do e-SISTAFE por via da Internet e elaborar estratégias de Gestão de periféricos e de Infra-estrutura de Centros de Dados;
- Desenvolver novo Módulo de Segurança para atender especificidade de gestão autárquica e de empresas públicas, com suporte a múltiplos perfis por Utilizador;e

- Promover a separação de funções na administração de Base de Dados para implementação das ferramentas de segurança Oracle.

Dar Continuidade a Implementação do SISTAFE

- Rever o Regulamento do SISTAFE para atender as alterações impostas com a implementação do SCI, SPE e perfis de acesso ao e-SISTAFE;
- Desenvolver as funcionalidades de gestão da Programação do Controlo Interno (PCI), no âmbito da operacionalização da nova aplicação informática para o suporte dos processos do Subsistema de Controlo Interno (SCI);
- Implementar do Plano de Gestão de Mudanças, destacando a importância de aplicação dos processos de reforma da Gestão de Finanças Públicas;
- Operacionalizar a gestão patrimonial e a contratações públicas, incluindo a Interface via Internet;
- Concluir o estudo sobre a disponibilização do e-SISTAFE usando tecnologia da internet e elaborar o respectivo Plano de Acção;
- Desenvolver uma funcionalidade no e-SISTAFE que permita a elaboração do Orçamento de Tesouraria mensualizada com vista a melhorar a gestão da liquidez do Estado;
- Desenvolver e disponibilizar uma funcionalidade que permita a cada província gerir os fundos disponibilizados pelo Tesouro;
- Dar continuidade à implementação do Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019, no que respeita as actividades que cabe ao CEDSIF implementar;
- Concluir as funcionalidades do Subsistema do Património do Estado (SPE), nomeadamente, Incorporação de bens patrimoniais no momento da execução da despesa pela via directa (VD), por adiantamento de fundos (AFU), transferência e movimentação de bens, e implementar em regime piloto em 3 sectores por identificar;

- Garantir a continuidade do processo da PV dos FAE no mês do aniversário dos FAE, a partir de 09 de Janeiro de 2017;
- Criar condições tecnológicas para a realização da Prova de Vida dos Pensionistas e prestar assistência ao INPS no decurso da realização da PV e criar o respectivo cadastro;
- Dar continuidade ao desenvolvimento do projecto e-Tributação;
- Concluir os Módulos II e III do SNGRHE, formar os formadores e operacionalizar o piloto no Ministério da Administração Estatal e Função Pública -MAEFP e no Ministério da Saúde-MISAU;
- Desenvolver e operacionalizar em 25% os Módulos, funcionalidade de Gestão Financeira e desenvolvimento do Sistema de Gestão de Autárquica-SGA.

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Desenvolver o Sistema de Informação de Finanças Públicas com apoio de ferramentas de *Business Intelligence* para facilitar os gestores no processo de tomada de decisões;
- Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções-SINAGEC e operacionalizá-lo; e
- Implementar o Sistema de Gestão de Beneficiários (e-INAS) e operacionalizá-lo em delegações-piloto a serem identificadas pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

6. ANEXOS

Anexo 1: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Acção e Orçamento para 2016;

Anexo 2: Mapa de Execução das Aquisições de Bens e Prestação de Serviços em 2016;

Anexo 3: Mapa de UGBs Descentralizadas em 2016; e

Anexo 4- Mapa de Capacitações dos Técnicos do CEDSIF em 2016.